

UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**MATERNIDADE NO CONTEXTO DO CÁRCERE: ANÁLISE DE
AÇÕES EFETIVAS DE PROTEÇÃO AO DESENVOLVIMENTO
SEGURO MATERNO-INFANTIL**

GRACIELE SONEGHETI FRAGA

VILA VELHA

JULHO/2020

UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**MATERNIDADE NO CONTEXTO DO CÁRCERE: ANÁLISE DE
AÇÕES EFETIVAS DE PROTEÇÃO AO DESENVOLVIMENTO
SEGURO MATERNO-INFANTIL**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública para obtenção do grau de Mestra em Segurança Pública

GRACIELE SONEGHETI FRAGA

VILA VELHA

JULHO/2020

Catologação na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

F811m Fraga, Graciele Sonegheti
Maternidade no contexto do cárcere: análise de ações efetivas de proteção ao desenvolvimento seguro materno-infantil / Graciele Sonegheti Fraga – 2020.
60 f.

Orientadora: Erika da Silva Ferrão.

Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Universidade Vila Velha, 2020.
Inclui bibliografias.

1. Crianças - Crimes contra. 2. Prisioneiras. 3. Maternidade. 4. Violência. I. Ferrão, Erika da Silva. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 364.374

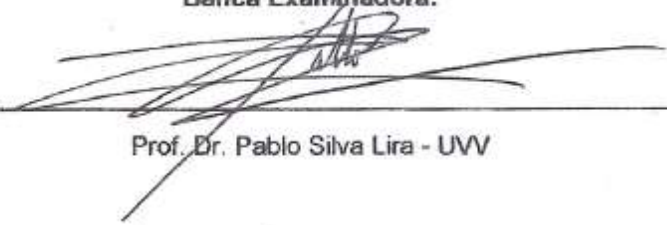
GRACIELE SONEGHETI FRAGA

**MATERNIDADE NO CONTEXTO DO CÁRCERE: ANÁLISE DE AÇÕES EFETIVAS
DE PROTEÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SEGURO MATERNO-INFANTIL**

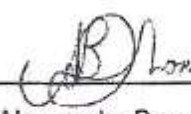
Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública para obtenção do grau de Mestra em Segurança Pública

Aprovada em 27 de julho de 2020.


Banca Examinadora:



Prof. Dr. Pablo Silva Lira - UVV



Prof(a). Dra. Alessandra Brunoro Motta Loss – UFES



Prof(a) Dra. Érika da Silva Ferrão- UVV

AGRADECIMENTOS

Sempre ouvi dizer que a vida é feita de encontros. O percorrer deste caminho me mostrou que para se concretizar uma jornada é preciso estar atento para os diferentes momentos que a compõe, onde diferentes encontros (e também desencontros) são derradeiros neste fazer. Por isso, não posso me furtar de dizer do quanto meu encontrar durante este processo também se fez em gerúndio, reencontrando, em cada elo, diferentes formas de significar esta caminhada.

Minha gratidão se destina, inicialmente, à minha família. Meus queridos pais e minha irmã, que sempre acreditaram e estiveram comigo nesta caminhada, ensinando-me a sempre ter coragem e persistência. A minha filha Bianca, razão da minha vida e por quem luto todos os dias para ser melhor a cada dia.

À Dra. Érika da Silva Ferrão, minha orientadora, cujos passos felizmente optei por seguir, por todo aprendizado que me proporciona, com tanta sensibilidade e segurança, minha profunda admiração e agradecimento.

Aos professores Dr. Pablo Silva Lira, Dr. Henrique Geaquinto Herkenhoff, Dr. Humberto Ribeiro Junior, Dra. Luciana Borges Herkenhoff e Dra Alessandra Brunoro Motta Losa, importante presença neste momento, contribuindo de forma elementar para este realizar-se.

Às minhas amigas Patricia Lima de Castro e Thais Queiroz Caser pelo apoio e companheirismo durante esse período de estudos intensos

À Secretaria de Estado da Justiça, na presença do subsecretário Alessandro Ferreira de Souza, que autorizou a pesquisa no âmbito da secretaria, o que possibilitou um conhecimento incrível.

A todos os amigos e equipe de trabalho pela compreensão e paciência naqueles momentos em que não pude estar tão presente, e, sobretudo por acreditarem nesta concretização. Minha gratidão por este fundamental apoio.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	V
LISTA DE TABELAS.....	VI
RESUMO.....	VII
ABSTRACT.....	VIII
1. Introdução.....	9
2. Mulheres presas por cometerem violência contra criança.....	14
2.1 Introdução.....	14
2.2 Método.....	16
2.2.1 Participantes.....	16
2.2.2 Local de coleta de dados.....	17
2.2.3 Instrumentos.....	17
2.2.4 Procedimentos.....	17
2.3 Resultados e discussões.....	18
3. A proteção da primeira infância no sistema prisional.....	26
3.1 Introdução.....	26
3.2 Método.....	29
3.2.1 Participantes.....	29
3.2.2 Procedimentos.....	30
3.3 Resultados.....	30
3.3.1 Reestruturação e reforma do alojamento materno infantil.....	31
3.3.2 Ensaio fotográfico dos bebês e gestantes.....	34
3.3.3 Ações voltadas à saúde, segurança e higiene.....	37
3.3.4 Resultados da ação.....	38
4. Considerações finais	41
REFERÊNCIAS.....	44
5. ANEXOS.....	48
5.1 Anexo I.....	48
5.2 Anexo II.....	50
6. APÊNDICE: PRODUTO TÉCNICO DO MESTRADO.....	54
6.1 Projeto Centelha ES.....	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Reforma do alojamento materno infantil: quarto dos pandas	32
Figura 2	Reforma do alojamento materno infantil: quarto das girafas	32
Figura 3	Reforma do alojamento materno infantil: sala de amamentação	33
Figura 4	Reforma do alojamento materno infantil: quarto dos macacos	33
Figura 5	Ensaio Fotográfico com os bebês	34
Figura 6	Ensaio Fotográfico com os bebês	35
Figura 7	Ensaio Fotográfico com os bebês	35
Figura 8	Mãe prevenida vale uma vida	38
Figura 9	Repercussão na mídia: Gazeta online	39
Figura 10	Repercussão na mídia: TV Gazeta	39
Figura 11	Repercussão na mídia: Pais & Filhos	40
Figura 12	Repercussão na mídia: Blog Grão de Gente	40
Figura 13	Projeto Centelha - Fase 1: Ideia	58
Figura 14	Projeto Centelha - Fase 2: Projeto Empreendimento	59
Figura 15	Projeto Centelha - Fase 3: Projeto Fomento	60
Figura 16	Projeto Centelha – Divulgação na Mídia	61
Figura 17	Projeto Centelha – Divulgação no Diário Oficial do ES	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados sociodemográficos das participantes	18
Tabela 2	Dados relacionados aos crimes cometidos:	21

RESUMO

FRAGA, GRACIELE SONEGHETI, Msc, Universidade Vila Velha – ES, julho de 2020. **Maternidade no contexto do cárcere: análise de ações efetivas de proteção ao desenvolvimento seguro materno-infantil.** Orientador(a): Érika da Silva Ferrão

O presente estudo visou maternar mães, que cumprem pena em uma unidade prisional do Espírito Santo, alinhada às exigências do Marco Legal pela Primeira infância e a partir da identificação das condições de risco e de proteção relacionadas ao processo de maternagem no referido sistema. Nesse ambiente, foram desenvolvidas duas frentes de pesquisa relativas à questão da maternidade. A metodologia utilizada nessas duas frentes se baseou em pesquisa exploratória e qualitativa, através da coleta direta de informações nesta unidade prisional. A primeira frente de pesquisa caracterizou as mulheres que cumprem pena por cometerem crimes contra crianças, a fim de identificar condições de vulnerabilidade psicossocial da mulher, como exposição à violência doméstica ou outras questões socioeconômicas e demográficas, e as condições em que se encontravam na relação com as crianças vítimas de violência, a fim de avaliar a possibilidade de “maternar” essas mulheres. No total, foram realizadas entrevistas com 13 mulheres (média de idade=31), cumprindo pena, responsáveis pelas crianças vitimizadas (média de idade = 6,9), podendo ser seus filhos ou não. Para a investigação de contextos de vulnerabilidade, foi aplicado um roteiro de anamnese com um questionário sociodemográfico e um questionário sobre as relações da mãe com seus familiares, além da análise de prontuário. A partir do estudo 1, verificou que 76,9% das participantes foram vítimas de violência durante a vida e 92,3% não assumem a prática do crime pelo qual estão presas, revelando que as mães precisam rever suas concepções e abordagens maternas, superando os traços de violência nelas presentes. A segunda frente de pesquisa analisou as condições relacionadas à proteção à Primeira Infância, com base no Marco Legal e no Programa de Atenção à Primeira Infância do Governo Federal, Criança Feliz. Este estudo propôs ações e adaptações voltadas ao cuidado com as gestantes e lactantes custodiadas no centro prisional e analisou se as condições de maternagem promoviam desenvolvimento seguro materno infantil. A proposta do estudo 2 foi realizada com nove mulheres, sendo duas gestantes e sete lactantes, equivalentes a 100% do total de lactantes e 20% do total de gestantes existentes na unidade. Também participaram 7 bebês, com idade de 0 a 11 meses. Foi possível perceber que as ações trouxeram benefícios para os envolvidos a partir do relato das internas do centro prisional.

Palavras-Chave: Desenvolvimento infantil; Primeira Infância; Aprisionamento Feminino; Maternidade.

ABSTRACT

FRAGA, GRACIELE SONEGHETI, Msc, Universidade Vila Velha - ES, July 2020. **Maternity in the context of prison: analysis of effective actions to protect the safe development of mother and child.** Advisor: Érika da Silva Ferrão

The present study aimed at maternal mothers, who are serving time in a prison unit in Espírito Santo, in line with the requirements of the Legal Framework for Early Childhood and from the identification of risk and protection conditions related to the mothering process in that system. In this environment, two research fronts related to the issue of motherhood were developed. The methodology used on these two fronts was based on exploratory and qualitative research, through the direct collection of information in this prison unit. The first research front characterized women serving time for committing crimes against children, in order to identify conditions of psychosocial vulnerability of women, such as exposure to domestic violence or other socioeconomic and demographic issues, and the conditions in which they found themselves in the relationship with children victims of violence, in order to assess the possibility of "mothering" these women. In total, interviews were conducted with 13 women (average age = 31), serving time, responsible for the victimized children (average age = 6.9), whether they are their children or not. For the investigation of vulnerability contexts, an anamnesis script was applied with a sociodemographic questionnaire and a questionnaire about the mother's relations with her family, in addition to the analysis of medical records. From study 1, it was found that 76.9% of the participants were victims of violence during their lives and 92.3% do not assume the crime they are imprisoned for, revealing that mothers need to review their maternal conceptions and approaches, overcoming the traces of violence present in them. The second research front analyzed the conditions related to the protection of early childhood, based on the Legal Framework and the Federal Government's Early Childhood Care Program, Criança Feliz. This study proposed actions and adaptations aimed at caring for pregnant women and nursing mothers in custody at the prison and analyzed whether the conditions of maternity promoted safe maternal and child development. The proposal of study 2 was carried out with nine women, two pregnant women and seven lactating women, equivalent to 100% of the total number of lactating women and 20% of the total number of pregnant women in the unit. 7 babies, aged 0 to 11 months, also participated. It was possible to perceive that the actions brought benefits to those involved from the report of the inmates of the prison.

Keywords: Child development; Early Childhood; Female imprisonment; Maternity.

1. INTRODUÇÃO

A prisão teve sua origem nos mosteiros da idade Média como forma de punição imposta aos monges ou clérigos faltosos para que através do silêncio em suas celas pudessem arrepender-se e reconciliar-se com Deus, ideia que inspirou a construção da primeira prisão destinada ao recolhimento de criminosos, a *house of correction*, construída em Londres entre 1550 e 1552, difundindo-se de modo marcante no século XVIII (Lima, 2018).

Atualmente os sistemas penitenciários continuam sendo instrumentos de aplicação da pena e a pena imposta a quem comete um crime tem um caráter retributivo e preventivo, com aplicação disciplinada pela lei de modo proporcional ao crime cometido buscando corrigir a delinquência (Torres, 2012).

Porém, é importante considerar que, a prisão não é punição perpétua, e a sociedade não pode excluí-lo do convívio social, inclusive é importante destacar que, sem a contribuição da sociedade a ressocialização não possui efeito sobre o apenado. Neste interím, além da função punitiva, atualmente o sistema prisional deve estar voltado às ações que possibilitem a reinserção social o preso (Lima, 2018).

No que se refere à frequência dos crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres custodiadas no País, observa-se que o de tráfico de drogas é o principal responsável pela maior parte das prisões, perfazendo um total de 59,9% dos casos. Em seguida, temos o crime de roubo, totalizando 12,9% das prisões efetuadas e furto, com 7,8% dos casos (Infopen Mulheres, 2017).

A análise do período indicado (2005-2017) aponta que o crime de tráfico de drogas se manteve ao longo destes anos como o principal motivador de encarceramento de mulheres no País. Sendo responsável ao longo desta série temporal por, aproximadamente, 59,6% das prisões femininas anualmente, sendo que muitas justificam o envolvimento no crime por questões econômicas (Infopen Mulheres, 2017).

No caso das unidades voltadas ao público feminino as demandas se tornam mais específicas e a atenção precisa ser ainda mais minuciosa. Além das ações voltadas à ressocialização que possibilita o acesso ao trabalho, estudo e capacitação profissional, como forma dar condições mais igualitárias para sua reinserção social

pós-cárcere, a maternidade é um fato real nas penitenciárias femininas e as gestantes e lactantes demandam cuidados ainda mais peculiares. Porém, os estabelecimentos prisionais atuais não estão preparados para atender às mulheres presas, de uma maneira adequada sobretudo, aquelas que são mães ou gestantes (Lima & Sá, 2018).

Além disso, a permanência de crianças dentro dos sistemas prisionais é preocupante. Lamentavelmente, as condições disponíveis para esta fase do desenvolvimento infantil não são as ideais e pouco se fala sobre o assunto no país. Deve-se considerar que o nascimento de uma criança demanda não só aleitamento materno, mas toda uma estrutura adequada que propicie o cuidado da mãe para com o bebê que perpassa tanto condições de higiene, alimentação, saúde e estímulos necessários (Lima & Sá, 2018).

O sistema prisional, originariamente punitivo e repressivo, constitui um sistema de convivência anormal e violento. Sujeito à pressões intoleráveis e as rebeliões são ocorrências comuns nas prisões, fato que expõe ainda mais às crianças às condições muitas vezes desumanas e cruéis, tornando difícil se pensar em “maternagem”. Maternagem, especificamente, será tratada nesta pesquisa como um conjunto de cuidados dispensados ao bebê a fim de atender às suas necessidades e demandas, não só físicas, mas também emocionais para que não haja nenhum dano ao desenvolvimento infantil esperado (Boing & Crepaldi, 2004). Considerado um direito da criança, prioridade absoluta, segundo o Estatuto da Criança e da Adolescência-ECA (BRASIL, 1990) e a recente lei do Marco Legal pela Primeira Infância (BRASIL, 2016).

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostrou que, em 2016, o Brasil tinha aproximadamente 886 mulheres entre 536 gestantes e 350 lactantes vivendo em presídios, e 250 bebês vivendo junto de suas mães (CNJ, 2017).

Ainda, não há uma padronização no Sistema Prisional Brasileiro de acolhimento à mãe, alinhado ao Marco Legal da Primeira Infância, que tenha como objetivo principal promover a proteção dessa fase do desenvolvimento infantil. A iniciativa do Programa de Atenção à Primeira Infância do Governo Federal, Criança Feliz, tem sido importante, mas ainda não existem registros de ações pré-definidos com esses bebês e suas mães no sistema penitenciário. Percebe-se, portanto, a importância de se investir no desenvolvimento de recursos pessoais das gestantes, que promovam o desenvolvimento da “maternagem” positiva e da construção de

recursos pessoais que favoreçam a reintegração social da mulher. Paralelamente a isso, percebe-se a importância de humanização dos espaços, com estrutura adequada, que possibilitem o acompanhamento psicológico das mães durante o puerpério, a fim de garantir a proteção do desenvolvimento dos bebês durante este período, base para o aprendizado. Nesta fase do desenvolvimento maiores são as possibilidades para a formação das competências humanas e o grau de aprendizagem de uma criança chega a ser três vezes maior quando acompanhada por algum programa de assistência (CNJ, 2017).

É importante que no ambiente prisional, sejam desenvolvidos programas de intervenção com as presas que são mães, de modo que haja modificação de práticas educativas parentais, com intuito de educar, instruir ou controlar comportamentos, a fim de possibilitar uma “maternagem” saudável, mesmo que estejam distantes de seus filhos durante o cárcere (Oliveira, 2018).

Conforme dados do Infopen, algumas mulheres adentram o sistema prisional por cometerem crimes violentos contra a pessoa e principalmente contra crianças, sendo na maioria dos casos seus filhos (Infopen mulheres, 2017). O crime contra crianças, sendo por violência física, sexual ou psicológica, causa grande repulsa dentro do sistema prisional feminino e não há dentro das prisões, ações voltadas a este público de modo a avaliar os motivos de suas ações e as possibilidades de intervenções para que tais mulheres sejam “maternadas” e transformadas com relação às suas práticas parentais.

Sendo assim, por conta da incipiente produção acadêmica sobre a maternidade no contexto de cárcere, sobretudo, na perspectiva do sistema prisional do estado do Espírito Santo, este trabalho justifica-se como uma contribuição para a produção do conhecimento sobre essa relevante temática no campo da segurança pública e justiça criminal.

A partir da aproximação da temática central desse estudo, a seguinte questão norteadora é suscitada: Quais ações são possíveis de serem implementadas no contexto prisional, a partir da caracterização de mulheres-mães presas, que tornem possível a intervenção efetiva em sua maternagem, em prol da proteção do desenvolvimento sadio e seguro de seus filhos, principalmente os sob custódia?

Buscando responder tal questão, este estudo parte da premissa de que as unidades prisionais femininas do Estado do Espírito Santo não possuem estrutura

adequada para a implementar ações efetivas de proteção ao desenvolvimento seguro materno infantil.

O presente estudo visou “maternar” mães, que cumpriam pena em uma unidade prisional do Espírito Santo, intervindo sob suas práticas maternas, alinhada às exigências do Marco Legal pela Primeira Infância e a partir da identificação das condições de risco e de proteção relacionadas ao processo de maternagem no referido sistema, avaliando sua possibilidade. Para isto, inicialmente, foi preciso identificar as condições de risco relacionadas ao processo de maternagem no sistema prisional, e, posteriormente, testar um modelo de maternagem adaptado à realidade possível, considerando as exigências presentes na Lei do Marco Legal pela Primeira Infância.

Nesse sentido, essa pesquisa está estruturada em dois estudos a saber: Estudo 1: Mulheres presas por cometerem violência contra crianças e Estudo 2: A proteção da primeira infância no sistema prisional. Que serão apresentados no formato de artigo e podem ser lidos separadamente, contudo a leitura linear dessa pesquisa proporciona ao leitor uma melhor compreensão sobre os desafios e complexidade inerente à gestão de unidades prisionais no que tange a temática da proteção ao desenvolvimento seguro materno-infantil de mulheres presas.

A metodologia utilizada nessas duas frentes se baseou em pesquisa exploratória e qualitativa em uma unidade prisional do Espírito Santo. No estudo 1 caracterizou-se as mulheres que cumprem pena por cometerem crimes contra crianças, a fim de identificar condições de vulnerabilidade psicossocial da mulher, como exposição à violência doméstica ou outras questões socioeconômicas e demográficas, e as condições em que se encontravam na relação com as crianças vítimas de violência, a fim de avaliar a possibilidade de “maternar” essas mulheres e no estudo 2, identificou os fatores de risco e proteção para a maternagem nos sistemas prisionais e propôs ações e adaptações voltadas ao cuidado com as gestantes e lactantes custodiadas no centro prisional e analisou se as condições de maternagem promoviam desenvolvimento seguro materno infantil.

O projeto está vinculado e é parte do Projeto de Pesquisa “Criança em segurança: Promovendo o desenvolvimento afetivo-motivacional e social na primeira infância a partir da prevenção da violência como prática educativa parental”, com coordenação da Professora Doutora Erika da Silva Ferrão e financiamento da FAPES,

a fim de responder dois de seus objetivos. Além disso, a pesquisa em questão também possui financiamento do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, através de parceria do Departamento Penitenciário (Depen), Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) e Universidade Vila Velha (UVV).

De forma complementar, o produto técnico dessa dissertação é evidenciado na seção dos apêndices, onde o projeto “Maternar Lactantes Presas” é detalhado explicitando todo o trabalho desenvolvido, concomitante à elaboração da pesquisa, que possibilitou a reestruturação e reforma do alojamento materno infantil. O mencionado projeto foi reconhecido como inovador pelo Programa Centelha ES, que é promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

2. MULHERES PRESAS POR COMETEREM VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS

2.1 *Introdução*

A violência contra criança e adolescente tem ocupado lugar de destaque nos últimos anos e tem se tornado um dos mais graves problemas de saúde pública no Brasil e no mundo, índices indicam que 20% destes indivíduos são vítimas de alguma forma de violência (Carvalho, Cardoso, Silva, Braga & Galvão, 2008). Fator que não contempla apenas as consequências para o indivíduo e sociedade, mas também requer a implementação de medidas de prevenção (Carvalho et al., 2008).

Percebe-se que a violência retrata uma crise de sociabilidade, em diferentes espaços, sejam eles públicos e privados, e em diferentes níveis de relação, como institucionais e interpessoais (Carvalho et al., 2008).

Além disso, mães ou cuidadoras mulheres estão inseridas em variados contextos de vulnerabilidade social e enfrentam dificuldades no exercício pleno da maternidade, que decorrem de problemas sociais, políticos e legais (Durigan & Ormeno, 2018).

De acordo com Platt et al (2018), a dependência econômica da mulher é um fator considerável, pois, muitas vezes a dominação masculina está diretamente ligada a submissão feminina, de modo a naturalizar a produção e a repetição de comportamentos abusivos por parte do homem que historicamente é considerado como provedor material e chefe da família.

Quando há violência contra mulher no âmbito doméstico, a saúde física, psicológica e social são atingidas de maneira brutal, pois o vínculo afetivo nas relações com seus cônjuges e/ou companheiros, dificilmente são rompidos, impedindo, quase sempre, seu desenvolvimento e o exercício da cidadania (Mizuno, Fraid, & Cassab, 2010).

A violência psicológica na maioria dos casos é desconsiderada, e muitas vezes resume-se como exclusivamente física, ou seja, aquela que se manifesta no corpo e que deixa marcas, mas é importante frisar que, quase sempre a violência psicológica antecede a física. Neste contexto, a violência acaba sendo banalizada na história familiar da mulher, tornando-se uma herança transgeracional não contestada

e que muitas vezes pode ser reproduzida nos demais membros da família incluído os filhos (Curia, Zamora, Barcinski & Habigzang, 2018).

Almeida (2006), em sua pesquisa sobre as repercussões da violência na construção da identidade feminina da mulher presa, revelou que a maior parte das mulheres chega as prisões trazendo uma história prévia de maus tratos.

Segundo Almeida (2006) “Mais de 95% das mulheres foram vítimas de violência em alguma das seguintes situações: na infância, pelos responsáveis; na vida adulta, por parte dos maridos ou companheiros; quando foram presas por parte de policiais civis, militares ou federais”.

Neste contexto, o ambiente familiar é considerado o principal local de reprodução de maus tratos na infância, um ambiente que pode ser extremamente hostil, com excessos de punições, presença de ameaças, violência física/emocional/sexual, negligência ou abandono e conseqüentemente pode estar diretamente relacionado ao desenvolvimento de condutas violentas e delinquentes na adolescência ou na fase adulta (Costa, Penso, Conceição & Montenegro, 2018).

Além da violência psicológica e violência física, o abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma das formas que resultam em conseqüências desastrosas à saúde e ao desenvolvimento das vítimas (Ministério da Saúde, 2002). É um fator de risco que impacta sobremaneira a saúde dos envolvidos (Platt et al., 2018).

Estudos confirmam que a casa da vítima ou do autor é o local predominante dos abusos. E no contexto de violência sexual, alguns fatores relacionados, tais como segredo, presença de ameaças e barganhas, ausência de materialidade do crime, podem dificultar a confirmação dos casos e, em muitas situações, o testemunho da criança é a única fonte de informação (Aznar-Blefari, Padilha, Peixoto, Fermann & Habigzang, 2018). Além disso, pesquisas nacionais e internacionais concluíram que o abusador é conhecido das vítimas e mantinham relações estreitas com a família (Platt, et al., 2018).

Este fator, tem sido considerado por Platt et al (2018) como uma “barreira privada” entre as esferas doméstica e pública, desafio que tem dificultado a evolução de políticas públicas e estratégias efetivas, como forma de prevenir a violência no contexto intrafamiliar (Platt et al., 2018).

Sabe-se que é grande o número de crianças que se encontram em condições de vulnerabilidade ou risco psicossocial, o que significa viver em contextos sociais privados de segurança, de cuidados básicos, e com presença de alto risco de morte ou pela precariedade de cuidados necessários à sua garantia de vida ou bem-estar, devido às características da dinâmica e ambiente familiar ou carência de rede de apoio social (Milani & Loureiro, 2008).

Além disso, no Brasil, há um despreparo dos profissionais que lidam com estes casos, pois muitas vezes expõe ainda mais a vítima. Ou seja, as crianças nem sempre são ouvidas da maneira adequada, principalmente pelo judiciário, pois normalmente o ofensor se encontra presente na sala de audiência, fator que pode interferir na conduta da criança e em seu depoimento (Hackbarth, Lopes & Williams, 2018).

Neste contexto, para garantir uma escuta protegida para crianças e adolescentes, em 2017, foi aprovada a Lei 13.431. Essa lei assegura por meio do § 1º do art. 4º que a criança e o adolescente sejam “ouvidos” sobre a situação de violência por meio de uma escuta especializada e depoimento especial”.

Desta forma, o objetivo principal na realização do trabalho foi o de caracterizar/identificar o perfil das mulheres que cometeram essa tipificação penal, conhecer sua trajetória de vida e porque praticaram atos criminosos tão cruéis, pois entende-se como necessário o desenvolvimento de ações para capacitação em prevenção à violência contra crianças e de adequação às situações de reintegração de mulheres cumprindo pena em unidades prisionais na sociedade capixaba, que possam servir como base para políticas públicas de segurança do Estado do Espírito Santo, em parceria com agentes e órgãos públicos.

2.2 Método

2.2.1 Participantes

No total, 13 mulheres participaram, voluntariamente, da pesquisa e responderam aos questionários, sendo 100% da população carcerária presa por este crime. As participantes estavam presas em regimes diferenciados, sendo 5 (cinco) delas do regime fechado, 6 (seis) presas provisoriamente e 2 (duas) do regime semiaberto.

2.2.2 Local de coleta de dados

O Contexto da pesquisa foi em um Centro Prisional Feminino no Espírito Santo que contava no período da pesquisa com uma população carcerária total de aproximadamente 490 reeducandas. Foram selecionadas para a pesquisa todas as mulheres que estavam custodiadas por cometerem crimes contra crianças, podendo ser violência física, psicológica e/ sexual, negligência ou abandono, além de omissão.

2.2.3 Instrumentos

Foram utilizados os seguintes instrumentos para a pesquisa:

2.3.1) Para caracterização das participantes e do crime, o Roteiro de Anamnese/Ficha de Caracterização Sócio demográfica (Altafim & Linhares, 2015) – com a coleta de informações fornecidas pelo entrevistado relacionado às variáveis gênero, idade, escolaridade, por exemplo, e dados da história de vida e atual;

2.3.2) Prontuário jurídico com informações sobre o crime, como laudos periciais, laudos cadavéricos e citação ou sentença do crime;

2.3.3) Para investigação sobre presença de indicadores de histórico de violência intrafamiliar contra a mulher foi utilizado o questionário de investigação da relação da mãe com seus familiares (Altafim & Linhares, 2015)

2.2.4 Procedimento

Foram realizadas entrevistas individuais com as 13 (treze) participantes. Os prontuários das reeducandas foram analisados previamente, por conterem informações documentais importantes e detalhadas sobre o crime, como por exemplo, depoimento das vítimas, laudos periciais, laudos cadavéricos contendo a causa morte e envolvimento de outras pessoas no crime em questão, de modo a guiar as entrevistas com relação ao crime cometido e as provas arroladas.

As entrevistas foram realizadas por esta pesquisadora, que também é a Diretora do Centro Prisional Feminino, com formação em psicologia, e contou com a colaboração da psicóloga da instituição, para acolhimento de demandas psicológicas decorrentes do acesso aos dados de sua história de vida e detalhes sobre o crime cometido contra a criança, atuando como assistente de pesquisa. Durante a entrevista, e de acordo com a reação das participantes, as perguntas eram interrompidas e ofertado apoio psicológico, visto que as emoções emergiam através

do choro e outras reações, sendo retomada a entrevista após a anuência de cada participante.

Para descrição dos resultados, as participantes foram definidas como: Participante 1 (P1), Participante 2 (P2) e assim sucessivamente. A coleta de dados ocorreu nos meses de novembro de dezembro de 2018 e a duração das entrevistas foi de 40 a 60 minutos e esta variação de tempo decorreu da necessidade emocional de cada participante.

2.3 Resultados e Discussão

Os dados coletados (Tabela 1) acerca da caracterização das mulheres presas, por cometerem crimes contra crianças, evidenciaram mulheres jovens com uma média de idade de 31 anos. A raça/cor predominante foi a parda (84,6%). A maioria das entrevistadas mantém uma relação conjugal sem vínculo legal ou formal de casamento, (69,2%) afirmaram ser “amasiadas”. Observou-se que o grau de escolaridade predominante foi o ensino fundamental (76,8%), com renda familiar abaixo de 1 (um) salário mínimo (61,5%).

Tabela 1: Dados sociodemográficos das participantes

Raça/cor	Frequência	%
Branca	0	0,0
Parda	11	84,6
Negra	2	15,4
Total	13	100,0

Idade (anos completos)		
até 20 anos	1	7,7
21 à 40 anos	10	76,9
41 à 60 anos	2	15,4
Total	13	100,0

Estado Civil		
Solteira	1	7,7
Casada	3	23,1
União estável	9	69,2
Separada/ Divorciada	0	0,0
Viúva	0	0,0
Total	13	100,0

Possui ocupação		
------------------------	--	--

Sim	10	76,9
Não	3	23,1
Total	13	100,0
Renda Familiar		
Até um salário mínimo	8	61,5
Acima de 1 salário	5	38,5
Total	13	100,0
Escolaridade		
Não alfabetizada	1	7,7
Ensino fundamental	10	76,9
Ensino médio	2	15,4
Ensino Superior	0	0,0
Total	13	100,0
Já foram vítimas de violência		
Sim	10	76,9
Não	3	23,1
Total	13	100,0
Veículo Automotor		
Motocicleta	1	7,7
Carro	0	0,0
Nenhum	12	92,3
Total	13	100,0

Fonte: autoria própria

Sobre os crimes (Tabela 2), é possível afirmar que 100% dos casos de violência ocorreram dentro dos próprios lares, tendo como autor principal o pai ou cuidador, conforme resultado da pesquisa desenvolvida por Carlos Aznar-Blefari et al (2018). Importante ressaltar que, praticamente em todos os casos haviam envolvimento de casais, com exceção de apenas 01 crime cometido por uma jovem de 17 anos. Vale também frisar que, dos 13 casos pesquisados, apenas 02 possuem atuação direta das participantes nos crimes e 11 foram praticados efetivamente pelos parceiros (pais ou padrastos), contudo estas respondem judicialmente pelos mesmos crimes dos parceiros.

Os dados demonstram que as vítimas de violência nesta pesquisa (46,2%) estavam na primeira infância, que vai dos 0 aos 6 anos. E de acordo com Nunes & Sales (2016) este fato se dá, pois quanto menor a idade maior a vulnerabilidade e o risco de violência, visto que, são extremamente dependentes de cuidados e o

desempenho dessas atividades básicas de sobrevivência são de responsabilidade exclusiva do cuidador.

A pesquisa revelou que 76,9% das presas eram mães das vítimas e que de todos os casos, 92,3% das acusadas afirmam não terem cometido o crime pelos quais estão presas, relatando que o erro foi ter confiado demais nos companheiros. Para Conceição et al (2018), é ineficaz acessar a subjetividade de um adulto ofensor sexual, no sentido de compreender as vivências e consciências relacionadas a tal prática, quando acessada pela via do depoimento ou confissão, pois normalmente os ofensores ativam mecanismos de defesa como a negação ou a racionalidade que impossibilita um trabalho de conscientização e/ou reeducação” (Conceição, Penso, Costa, Setubal & Wolff, 2018).

Foi possível perceber também que, não houve discrepância percentual quanto ao gênero das vítimas, pois em 53,8% dos casos, as vítimas foram meninas e 46,2% meninos.

O tipo de violência aos quais as crianças foram submetidas também foi muito parecido, sendo 38,5% violência física, 38,5% violência sexual e 23,1% física e sexual. Dos 13 casos pesquisados 5 crianças do sexo feminino sofreram violência sexual e 2 sofreram violência física e sexual. Já sobre o gênero masculino, 5 foram vítimas de violência física e 1 de violência física e sexual. Tais resultados corroboram os dados da literatura, já que de acordo com Nunes e Sales (2016), a violência sexual tende a ser dirigida mais frequentemente contra as meninas e a física e a negligência mais comumente observada em meninos.

Um dado que chama a atenção é que, dos casos investigados, 61,5% das vítimas permaneceram vivas e 38,5% vieram a óbito. Porém, mais de 50% dessas mulheres presas desconhecem a situação na qual as crianças vivem atualmente, fato preocupante, pois podem estar expostas às situações de violência, além disso, não é possível aferir os danos psicológicos e/ou psiquiátricos causados pós-violência sofrida por estas crianças, e segundo Gomide et al (2018), relacionamentos violentos são fatores de risco para o desenvolvimento de problemas psiquiátricos infantis. É importante ressaltar que, o fato das mulheres serem vítimas de violência, apresenta alta correlação com crianças também expostas às situações de violência. Deste modo, parte-se do pressuposto que prender a mãe não protege a criança necessariamente.

Os dados demonstram que 76,5% das mulheres possuíam algum tipo de ocupação profissional e algumas delas era a única provedora do lar, índices que contradizem a afirmação de Platt et al (2018) quando justificaria a repetição de práticas abusivas de violência como um fator diretamente relacionado a dependência econômica da mulher e uma dominação masculina, sendo este o provedor material e chefe de família. Observa-se que a dependência pode estar ligada à outros contextos, como por exemplo, a dependência emocional ou até mesmo a banalização desta violência.

Tabela 2: Dados relacionados aos crimes cometidos:

Grau de Parentesco com a vítima	Frequência	%
Mãe	10	76,9
Cuidadora	3	23,1
Outro	0	0,0
Total	13	100,0
Assume ter cometido o Crime		
Sim	1	7,7
Não	12	92,3
Total	13	100,0
Envolvidos no crime		
Pai	3	23,1
Padrasto	7	53,8
Tio	2	15,4
Outros/nenhum	1	7,7
Total	13	100,0
Idade das Vítimas		
0 à 6 anos	6	46,2
7 à 12 anos	3	23,1
13 à 15 anos	4	30,8
Total	13	100,0
Gênero das vítimas		
Feminino	7	53,8
Masculino	6	46,2
Total	13	100,0
Crime Cometido		
Violência Física	5	38,5
Violência Sexual	5	38,5

Violência Física e Sexual	3	23,1
Total	13	100,0
Resultado da violência		
Morte	5	38,5
Permaneceu vivo	8	61,5
Total	13	100,0
Autor principal da violência		
Pai ou Cuidador	11	84,6
Mãe	0	0,0
Tia/outra	2	15,4
Total	13	100,0

Fonte: autoria própria

Quantos aos crimes cometidos, cada um possui sua peculiaridade e alguns serão citados para exemplificar as condições de vulnerabilidade psicossocial vividos por elas, como a condição de violência em que estavam inseridas, além de outras questões sócio econômicas e demográficas, e principalmente as condições em que se encontravam na relação com as crianças vítimas também de violência.

A análise foi qualitativa com base nos dados encontrados nas entrevistas, que serão exemplificados através dos relatos e /ou trechos extraídos dos prontuários das participantes.

As participantes foram identificadas por P1, P2, P3 e assim sucessivamente por ordem de atendimentos, sendo apresentados descritivamente apenas alguns casos como forma de exemplificar qualitativamente os valores apresentados. A escolha dos 05 casos apresentados está diretamente relacionada à riqueza de informações prestadas pelas participantes sobre o crime cometido, visto que algumas respondiam às perguntas de maneira objetiva.

A Participante 1 (P1), tia da vítima foi a única a assumir a autoria do crime, e sem demonstrar emoções, relatou em detalhes como aconteceu a violência contra uma criança de apenas 2 anos, que veio a óbito. Ao ser questionada sobre os motivos que a levava fazer aquilo disse: “não sei o que me dava, mas eu batia nele sem motivos, dava chineladas em seus braços, pernas, só não batia na cabeça (...) ele era tranquilo, mas não sei o que me dava (...) foram várias vezes”! A P1 afirmou que os castigos eram constantes, conforme citado no laudo cadavérico:

“O laudo do exame cadavérico concluiu que a vítima sofreu maus tratos físicos repetidos ao longo do tempo, o que se comprova através da presença de lesões recente e de cicatrizes antigas na superfície corporal, denotando que ocorreram agressões físicas em épocas diferentes. Podemos afirmar também que a morte ocorreu em decorrência desses maus tratos, tendo como causa imediata edema e hemorragias cerebrais consequentes e traumatismo craniano. Apontamos como importante fato adicional, contribuindo assim para o desfecho fatal, a infecção abdominal decorrente de ruptura intestinal, por sua vez também causada por traumatismo contundente nas regiões abdominal e lombar” (Sentença condenatória, p.7)

Além disso, vale ressaltar que a sentença condenatória da P1, cita que o esposo tinha ciência de tais castigos severos, fato confirmado pela entrevistada, porém o mesmo recebeu sentença condenatória para cumprimento de pena no regime aberto.

É importante frisar que, com exceção das duas presas que executaram os crimes de maneira ativa, as demais participantes afirmaram veementemente que desconheciam os atos praticados por seus parceiros, e muitas delas se emocionaram muito durante as entrevistas, visto que algumas até desconheciam a provas documentais pelas quais estavam presas.

Inclusive, uma outra participante, que identificamos por P5, mãe de gêmeos que foram vítimas de violência física e sexual pelo padrasto, foi informada por esta pesquisadora que um de seus filhos havia sofrido também violência sexual, fato até então desconhecido pela mesma, sendo necessário cessar a entrevista por pelo menos 10 minutos, para que a P5 pudesse se recompor para assim prosseguirmos com a pesquisa, haja vista que começou a chorar compulsivamente após a informação recebida

Foi nítido perceber a expressão apática das entrevistadas quando perguntadas sobre o porquê de não impedirem os crimes e assim proteger as crianças vítimas de tanta crueldade. E muitas relataram que se arrependiam por não ouvirem os conselhos de suas mães quando se envolveram com desconhecidos após término do relacionamento com os pais das crianças. Duas delas relataram que os conheceram pelas redes sociais.

No decorrer da pesquisa foi possível confirmar que, a grande maioria dessas mulheres (76,9%) foram vítimas de algum tipo de violência durante suas vidas. Uma delas (P7) narrou que aos 10 anos sofreu abuso sexual do padrasto e ao contar para sua mãe, esta não acreditou e mandou-a morar com seu pai, mas como não possuía nenhum vínculo afetivo com o mesmo passou a morar em casa de família e

trabalhar como empregada doméstica dois meses depois. Relatou ainda que, depois deste fato nunca mais teve contato com seus pais ou irmãos. A participante em questão (P7) está presa por um crime cometido há 8 anos atrás, quando sua filha de 10 anos sofreu abuso sexual do padrasto. Ela afirma que desconhecia a existência dos abusos e justifica que era quem trabalhava para sustentá-los. O interessante deste caso foi a forma como sua história de vida se assemelha e muito com a de sua filha. A presa que atualmente cumpre pena em regime semiaberto, possui o benefício da saída temporária podendo resgatar seus vínculos familiares, porém recusa-se inclusive de rever os filhos que já não tem contato desde a data do crime. Afirmou ainda que, ao receber seu alvará irá começar do zero mais uma vez!

Uma outra participante (P8) afirmou possuir 7 filhos, e durante sua vida teve 3 (três) relacionamentos com parceiros, sendo submetida à violência física por todos eles, a ponto de ficar desacordada por horas em virtude das agressões. Ao ser indagada sobre a autoria do crime, disse que suas filhas de 13 e 19 anos denunciaram seu atual companheiro afirmando que o mesmo teria abusado da filha de 13 anos. E confessou que não o denunciou, pois outrora uma de suas filhas foi vítima de violência sexual quando residia em MG, e que na época apesar de ter o denunciado, nada acontecera. Deste modo, optou por não denunciá-lo, inclusive afirmou para sua filha que não adiantava fazer nada. A P8 relatou que posterior ao abuso sexual, seu companheiro ameaçou matar sua filha, agredindo-a com um “cabo de vassoura”, mas que ela entrou na frente da filha para protegê-la e que as “pancadas” maiores foram em cima dela. Disse ainda: “Ele é um marido muito bom quando não bebe!” (...) “Porque minhas filhas estão fazendo isso comigo?” (...) “Eu defendia elas!” (...) “Elas estão pegando bem pesado!” (...) “Eu não vou perdoar elas não!”. Neste histórico familiar é nítido a banalização da violência, conforme afirma Curia et al (2018), pois a violência se tornou uma herança não contestada pela principal responsável na proteção dos filhos.

De acordo com Mizuno et al (2010), os vários tipos de agressões contra as mulheres normalmente são vistos pela sociedade de maneira naturalizada, um fato presente no cotidiano, sendo reafirmada pelo conjunto de representações e papéis atribuídos aos homens e mulheres. Papéis sociais, enraizados em nossa sociedade, marcados pelo patriarcalismo, no qual aos homens é permitido o poder de decisão e, conseqüentemente, à mulher, o de ser subjugada (Mizuno, Fraid & Cassab, 2010).

Segundo Ribeiro e Coutinho (2011), tudo isso é uma construção social, e tem colocado o homem numa situação de dominação sobre a mulher ao longo da história.

Além disso, Fonseca et al (2012) entende que a forma como essas mulheres percebem seus companheiros, e neste último caso citado “Ele é um marido muito bom quando não bebe”! Traz uma “confusão” perceptiva que pode justificar este ciclo violento e fazê-lo perdurar por anos. Uma vez que variam entre momentos alegres e tristes, estas mulheres se mantêm alimentando a violência por estarem sempre na espera dos “bons” momentos (Fonseca, Ribeiro & Leal 2012)

A Participante (P12), mãe de uma criança de 01 ano e 10 meses à época do fato, está presa provisoriamente por um crime que segundo ela foi cometido pelo pai da criança de 20 anos. A denúncia do Ministério Público afirma que o laudo cadavérico apontou a existência de diversas lesões já cicatrizadas, com tempos de cicatrização diferentes, sugerindo, assim, lesões antigas, o que demonstra que as agressões não foram atos isolados, mas sim reintegrados. Indagada sobre o laudo, a P12 afirmou que “se sente hoje uma derrotada e que todo mundo falava para ir à delegacia denunciá-lo, inclusive a sogra, mas que gostava muito dele e como era foragido por tráfico e homicídio não tinha coragem e que mesmo sendo agressivo, permanecia com ele, que assegurava que iria mudar”! Finaliza afirmando que “Minha esperança é minha filha”, “Se eu tivesse matado meu filho Deus não teria me dado a chance de ser mãe novamente”! (Denúncia do Ministério Público do ES, p3)

Mizuno et al (2010) afirma que são inúmeros os motivos para se manter nessa relação. Que pode estar diretamente ligado a dependência emocional e econômica, a preocupação com os filhos, a idealização do amor e do casamento, o constrangimento perante os amigos e família, a culpa por não conseguir manter sua relação, a falta de capacitação profissional para sobreviver sozinha, além das ameaças que sofrem quando dizem que vão embora.

3. A PROTEÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA E SISTEMA PRISIONAL

3.1 Introdução

O levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (Brasil, CNJ, 2017) mostrou que, em 2016, o Brasil tinha aproximadamente 886 mulheres, sendo 536 gestantes e 350 lactantes vivendo em presídios, e 250 bebês vivendo juntos de suas mães. No Estado do Espírito Santo, havia 17 gestantes e 13 lactantes no ano de 2016.

De acordo com artigo 2º da Resolução 4 de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, enquanto estiver amamentando, a mulher tem direito a permanecer com o filho na unidade prisional, se o juiz não lhe conceder a prisão domiciliar.

A situação de algumas penitenciárias é precária e não possui um local adequado para que a mãe possa ficar custodiada durante o período da amamentação, condição necessária para o desenvolvimento e proteção dessa criança, pois as unidades prisionais são pensadas apenas para o público masculino, não considerando os aspectos e especificidades inerentes ao gênero, sendo assim o exercício da maternidade se torna o maior desafio para as mulheres encarceradas (Senra,2020).

Além disso, essas instituições não contam com ações direcionadas para modificação de práticas educativas parentais vinculados a “maternagem” dessas mulheres (CNJ, 2017).

A permanência dessas crianças sob a custódia do Estado é um fato em todo o Brasil e precisa estar sempre no “radar” das instituições, com propostas que minimizem as consequências do aprisionamento nessas crianças, as quais não cometeram crime algum e são sujeitos de direitos, pois “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (Declaração Universal dos Direitos Humanos,1948).

Segundo Senra (2020) o Estado tem o dever de garantir o bem-estar e segurança da mulher em situação de cárcere e de seu filho, de modo que a custodiada exerça a maternidade em um ambiente propício.

E apesar do ambiente carcerário não ser o local mais adequado para o nascimento e crescimento de uma criança, por serem estabelecimentos de exclusão

e reeducação às pessoas que cometeram alguma tipificação penal, existem várias normativas e leis que defendem a interação mãe-bebê principalmente nos primeiros anos de vida, como a Lei de Execução Penal de 1984, que nos artigos 82 e 89 prevê a existência de espaços no ambiente carcerários para que as mães possam cuidar e amamentar seus filhos recém-nascidos (Saldanha et al, 2020).

Ou seja, estar junto da mãe é um fator de proteção para o desenvolvimento do bebê, especialmente em idade tão precoce, em que precisa ser amamentada. É importante ressaltar que, a amamentação oferece benefícios indiscutíveis para a saúde do bebê, pois protege contra doenças, previne a formação incorreta dos dentes e problemas na fala, proporciona melhor desenvolvimento e crescimento, além de ser um alimento completo. O leite materno é o alimento mais completo que um bebê pode receber desde o seu nascimento (Nóbrega et al., 2019). Nesses casos, a saúde física do bebê é o fator considerado e realmente não pode ser ignorado. Contudo, o desenvolvimento infantil perpassa não só as condições físicas necessárias, mas as questões psicológicas têm igual importância e, por vezes, é ignorada, pois os danos físicos e psicológicos nem sempre são detectados imediatamente, como mostram os estudos sobre fatores de risco ao desenvolvimento e a ocorrência de quadros de psicopatologias e doenças crônicas em fases posteriores da vida (Compas et al., 2017; Enumo, Linhares, Machado, & Silva, 2018; Miller, Chen, & Parker, 2011; Shonkoff et al., 2012).

Com esse embasamento, é importante pensar nas questões psicológicas relacionadas à exposição diária de bebês dentro das penitenciárias. Neste ponto, destaca-se a necessidade de trabalhar a “maternagem” dessas mães que vivem em uma dualidade, pois precisam exercer a maternidade em um local em que a punição prevalece (Diwana, Correa, & Ventura, 2017; Flores & Smeha, 2018).

Além disso, a necessidade de humanização dos espaços para que seja um ambiente salubre e lúdico, que inclua o acompanhamento psicológico das mães durante o puerpério é indiscutível (Lana, 2001). A proposta dessas práticas visa a minimizar as condições reais nas quais essas crianças se encontram, promovendo a proteção dessa fase do desenvolvimento, para que não sofram um impacto negativo em suas vidas e que a permanência nesse local atinja o objetivo principal que é amamentação e a troca afetiva entre a díade mãe-bebê, importantes para a autorregulação fisiológica, emocional, cognitiva e comportamental nessa fase da vida (Feldman, 2007; Linhares & Martins, 2015). Paralelamente, ressalta-se a importância

de investir no desenvolvimento de recursos pessoais das gestantes que promovam o desenvolvimento da maternagem positiva e da construção de recursos pessoais que favorecem a reintegração social da mulher, em prol de toda a comunidade (Fonseca et al., 2018).

Sabe-se que os índices de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, no Brasil, ainda se apresentam elevados (Fonseca, Sena, Santos, Dias, & Costa, 2013). Essa condição significa viver em contextos sociais privados de segurança, de cuidados básicos, e com presença de alto risco de morte ou de eventos negativos e pela precariedade de cuidados necessários à sua garantia de vida ou bem-estar, tanto devido às características da dinâmica e ambiente familiar ou carência de rede de apoio social. Essa condição de riscos cumulativos constitui um ambiente de estresse tóxico, com alterações na arquitetura cerebral em etapas iniciais da vida (Shonkoff et al., 2012) e de caos no desenvolvimento (Evans & Kim, 2013; Evans & Wachs, 2010; Evans, Li, & Whipple, 2013), compondo efeitos em “cascatas desenvolvimentais”, em que ocorrem efeitos cumulativos das diversas transações dentro e entre os sistemas desenvolvimentais, de forma que o funcionamento em um domínio tem influência dentro e fora desse domínio mais tarde no desenvolvimento (Masten & Cicchetti, 2010; Skinner & Zimmer-Gembeck, 2016).

Essas interações podem ser compreendidas segundo o *modelo transacional de desenvolvimento* (Sameroff, 2010), que pressupõe estarem a criança e o ambiente ativa e mutuamente engajados, influenciando-se de modo contínuo e sinérgico. O desenvolvimento da criança é visto como o produto das interações contínuas e dinâmicas da criança e da experiência providenciada pela sua família e contexto social, em um balanço entre os fatores de risco e os mecanismos de proteção (Linhares & Martins, 2015).

Segundo Arpini e Santos (2007), a conduta materna é muito importante no relacionamento estabelecido com o bebê, fato às vezes pouco compreendido ou conhecido pelas mães. Estas devem saber sobre o peso de suas ações para a saúde do filho, reconhecendo as relações familiares iniciais como o “*locus privilegiado*” de prevenção a situações que provocam sofrimento, rompimento de vínculos que são desfavoráveis ao desenvolvimento da criança.

Estudiosos consideram que os laços maternos com o bebê no início de sua vida afetam a construção de sua personalidade (Rosa et al., 2010). Estudos também

apontam que as condições de maternagem podem sofrer diversas influências positivas e negativas, internas e externas, atingindo sua disponibilidade afetiva e seu equilíbrio emocional, o que vai determinar se a mãe vai fornecer maior ou menor quantidade e qualidade de afeto, desejo, interesse, ansiedade, medo, rejeição, fatores importantes para o desenvolvimento do indivíduo. Sendo assim, a mãe é uma das mais importantes provedoras do ambiente e das circunstâncias satisfatórias para que ocorra o desenvolvimento saudável da criança (Oliveira, 2018).

Sabe-se que a mãe exerce uma função fundamental para o desenvolvimento saudável do bebê e através de um clima emocional favorável os afetos das crianças são orientados positivamente. E programas de intervenção de modificação de práticas educativas parentais têm obtido bons resultados com intuito de educar, instruir ou controlar comportamentos (Oliveira, 2018).

Autores, como Martins e Santana (2013) apontam alguns fatores relacionados à amamentação, que são positivos, no curto e longo prazo para o desenvolvimento do bebê. Com o fortalecimento de vínculos, o desenvolvimento de comportamentos autorregulados relacionados ao controle do comportamento, a uma menor agressividade e impulsividade. Os bebês ficam menos chorosos, mais orientados e com melhor desenvolvimento de comportamento motor, promovendo o bem-estar geral.

Desta forma, o objetivo deste estudo foi analisar as condições relacionadas à proteção à Primeira Infância em uma unidade prisional do Espírito Santo, de modo a propor ações e adaptações voltadas ao cuidado com as gestantes e lactantes custodiadas e analisar se as condições de maternagem promovem desenvolvimento seguro materno infantil com base no Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal n.13.257 de 8 de março de 2016), uma das leis mais avançadas do mundo sobre políticas públicas para crianças de até seis anos de idade.

3.2 Método

3.2.1 Participantes

A presente proposta de intervenção, teve como apoio a Secretaria de Estado da Justiça e a equipe técnica da unidade prisional do ES, além de voluntários diretamente envolvidos no projeto. A participação das internas foi voluntária, sendo realizado o convite a todas as gestantes e lactantes custodias na unidade à época.

Participaram nove mulheres, sendo duas gestantes e sete lactantes, equivalentes a 100% do total de lactantes e 20% do total de gestantes. Todas as voluntárias assinaram o termo de consentimento para participação no Programa. Também participaram sete bebês, com idade de 0 a 11 meses.

3.2.2 Procedimento

Basicamente, foram realizados dois tipos de ações: (a) estruturação física e humanização dos espaços destinados às mães e bebês; (b) ações voltadas para o processo de maternagem.

Para tal, foram realizadas visitas ao espaço físico para levantamento das necessidades; adaptação da proposta de humanização às demandas do espaço existente; contato com instituições parceiras para captação de recursos humanos e materiais.

Para implementar a proposta de humanização foram realizados atendimentos de saúde e psicológicos, palestras de orientação em parceria com o corpo de bombeiros e o registro fotográfico dos bebês. Foram realizados contatos semanais com as lactantes para trabalhar fatores emocionais importantes para a construção da afetividade, sendo implementado pela Diretora da Unidade prisional com apoio dos técnicos e parceiros. Durante sua permanência na unidade prisional os bebês não teriam nenhum registro fotográfico, fator que, ao longo de seu desenvolvimento, pode interferir negativamente na construção de sua identidade. De outro lado, a iniciativa favorece a memória afetiva e a ligação mãe-criança.

A avaliação sobre a satisfação do programa se deu por relato das participantes envolvidas no projeto.

3.3 Resultados

Por se tratar de uma iniciativa pioneira no Brasil, não havia um plano de ação sistematizado para a implementação de ações voltadas para o cuidado com a maternidade e para o desenvolvimento dos bebês dentro dos sistemas prisionais brasileiros, e a busca de parcerias para a efetivação do projeto foi extremamente necessária.

3.3.1 Reestruturação e reforma do alojamento materno infantil

Tendo em vista que este estudo propôs enquanto objetivo principal, identificar os fatores de risco e proteção para a maternagem nos sistemas prisionais com vistas à proteção do desenvolvimento sadio e seguro de seus filhos, a fim de viabilizar, com base nas especificidades levantadas e através da caracterização, estratégias e ações técnicas e estruturais que viabilizem as condições apropriadas às Gestantes, Lactantes e seus bebês, para que em um ambiente salubre possam ser estimulados adequadamente de modo a minimizar os danos ao desenvolvimento das crianças dentro do sistema prisional, e considerando que a pesquisa trata-se da produção de um mestrado profissional, faz imprescindível que o resultado prático deste projeto seja descrito de modo a estimular a transformação nos demais estabelecimentos penais do Brasil.

O alojamento materno infantil, local destinado à permanência das lactantes e dos bebês em tempo integral sob o cuidado exclusivo de suas mães, foi o foco principal de transformação estrutural com vistas a humanização e adequação, na busca pelo investimento e fortalecimento dos vínculos parentais e disponibilidade afetivo-emocional dos bebês.

Antes da ação, o alojamento materno infantil da unidade prisional estava com a pintura antiga, móveis quebrados e o enxoval inexistente. O ambiente foi totalmente reformado por meio de doações e mão de obra voluntária. As internas do centro prisional que foram selecionadas pelos técnicos do setor psicossocial, juntamente com a segurança, fizeram uma força tarefa para efetuarem todas as fases de reforma e pintura do alojamento. Um inspetor da Secretaria de Justiça, que possui habilidades em desenhos, personalizou os cinco quartos, a sala de amamentar, a brinquedoteca, a sala de atendimento, a sala de espera e o pátio de banho de sol, com temas de animais, deixando o ambiente muito lúdico e aconchegante.

Uma empresa especializada em enxovais infantis, realizou a doação de todo material para os quartos, poltronas de amamentar, camas, armários, além de objetos decorativos, após conhecerem a proposta de trabalho e o projeto de humanização. Sendo o contato feito apenas por e-mail institucional.

Além de toda estruturação dos espaços, as gestantes, lactantes e bebês contam com acompanhamento psicológico, social e de saúde que após a ação tornou a oferta desses serviços mais específicas e regulares. Vale ressaltar que, os

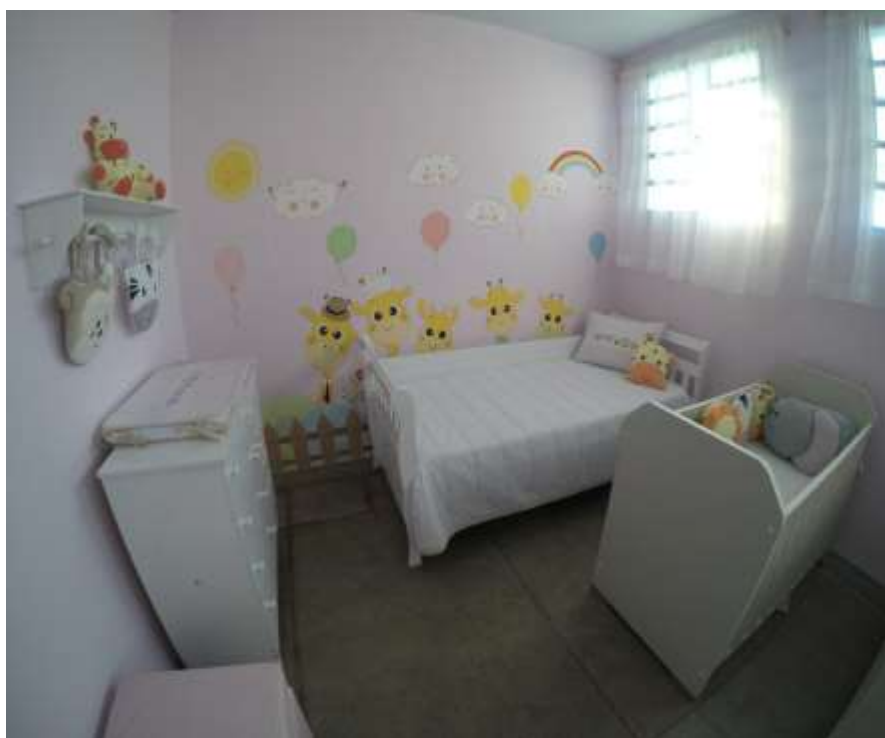
profissionais são contratados pela Secretaria de Estado da Justiça o material de higiene necessários são adquiridos pela própria secretaria.

Figura 1 - Reforma do alojamento materno infantil: quarto dos pandas



Fonte: Acervo da unidade prisional

Figura 2 - Reforma do alojamento materno infantil: quarto das girafas



Fonte: Acervo da unidade prisional

Figura 3 - Reforma do alojamento materno infantil: sala de amamentação



Fonte: Acervo da unidade prisional

Figura 4 - Reforma do alojamento materno infantil: quarto dos macacos



Fonte: Acervo da unidade prisional

3.3.2 Ensaio Fotográfico dos bebês e Gestantes

Durante o período de encarceramento das lactantes e gestantes, foram realizadas fotos profissionais dos bebês e das gestantes em local totalmente preparado e decorado, para que a pudessem eternizar essas fases tão sublimes sem que fosse percebido a condição de prisão. A ação contou com uma fotógrafa voluntária que compreendeu a importância dessa iniciativa para que no futuro, as crianças tenham os registros fotográficos dos seus primeiros meses de vida, sem que sintam o peso do estigma relacionado ao aprisionamento. Do mesmo modo, as gestantes poderão mostrar para seus filhos a fase tão incrível que é a gravidez e ressignificar esse momento, associando o fato do aprisionamento a uma experiência positiva que é a maternidade, com o intuito de fortalecer os laços maternos e ampliar a possibilidade de enfrentamento adaptativo.

Os ensaios foram realizados durante o período de 06 (meses), sendo no mínimo um ensaio por bebê e de acordo com a disponibilidade da fotógrafa. As mães participaram deste momento e relataram gratidão pela ação, reconhecendo a importância da ação para o vínculo mãe-bebê.

Por conta da repercussão nacional, a referida ação foi reproduzida em uma unidade prisional de João Pessoa, PB, conforme a reportagem: *Detentas grávidas e mãe com bebê ganham ensaio fotográfico em presídio da PB*. no link: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/04/06/detentas-gravidas-e-mae-com-bebe-ganham-ensaio-fotografico-em-presidio-da-pb.ghtml>

Figura 5 - Ensaio Fotográfico com os bebês



Fonte: Acervo da unidade prisional

Figura 6 - Ensaio Fotográfico com os bebês



Fonte: Acervo da unidade prisional

Figura 7 - Ensaio Fotográfico com os bebês



Fonte: Acervo da unidade prisional

Os resultados foram analisados em termos qualitativos, segundo os relatos verbais e avaliações dos comportamentos das próprias mães. Segundo estas, as condições de maternagem tiveram influências positivas, o que possibilitou uma maior disponibilidade afetiva aos bebês, com melhora no equilíbrio emocional, aspecto relevante para desenvolvimento do bebê.

Os relatos verbais das mães, a seguir, ilustram sua percepção sobre essa experiência.

“No meu ponto de vista, tinha outra visão de cadeia, mas hoje vejo que é totalmente diferente. A todo momento, nossa Diretora tenta proporcionar aos nossos bebês o melhor. O berçário é um ambiente bom e agradável para os nossos filhos. Sou muito grata pela reforma do berçário e por todo esse trabalho, que, mesmo eu presa, posso ter um tratamento digno e meu filho também. Temos todo conforto e liberdade com nossos bebês”. (M.R.S. – mãe Interna CPFC).

“Me tornei mãe dentro da unidade prisional, fui presa por tráfico de drogas e nunca me imaginei ser mãe, principalmente em uma unidade prisional. E, para minha surpresa, foi aqui que tive todas as condições necessárias e apoio psicológico para esta fase da minha vida. A sessão fotográfica foi uma surpresa muito grande, pois nem imaginava que teria um registro do meu filho aqui e, incrivelmente, tivemos um ensaio fotográfico profissional que guardarei para o resto da minha vida como muito carinho. E todo esse cuidado comigo e com meu filho tem me dado muitas oportunidades de mudança” (C.A.L.C. – mãe Interna CPFC).

“Toda mãe quer o melhor para o seu filho. Desde quando cheguei na unidade, identifiquei o berçário um ambiente adequado para o meu bebê. Temos um tratamento diferenciado. O berçário desta unidade é um lugar calmo e muito limpo. Não temos a sensação de cadeia. Só temos a agradecer à Direção por nos proporcionar um ambiente tão humanizado”. (L.G.C. – mãe Interna CPFC).

Para a implementação da prática, foram aproveitados o trabalho voluntário e mobilização da sociedade por meio de doações.

A fotógrafa, voluntariamente, fez o registro fotográfico das mães, bebês e gestantes consciente de que pequenos atos voltados a esses bebês são fundamentais para a formação dessa pessoa. Os recursos utilizados são poucos se forem consideradas a abrangência e as consequências positivas no repertório psicológico dessas mulheres e seus bebês. É um investimento nas condições de direito e para a autorregulação emocional dos envolvidos, contribuindo para maior controle do comportamento, menor agressividade e impulsividade.

A ação ganhou repercussão nacional e pode ser observado na reportagem: *Detentas ganham ensaio fotográfico para seus bebês em presídio do ES*, no link:

<https://www.hypeness.com.br/2019/03/detentas-ganham-ensaio-fotografico-para-seus-bebes-em-presidio-do-es/>

Bebês de detentas ganham ensaio fotográfico em presídio do ES, no link:

<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/03/28/bebes-de-detentas-ganham-ensaio-fotografico-em-presidio-do-es.ghtml>

Considerou-se que o registro fotográfico das crianças durante esse período pode impactar positivamente a construção de sua personalidade, pois quem nunca buscou no álbum de fotografias da família sua foto enquanto bebê, ou até mesmo de sua mãe grávida. Na medida em que as mulheres participam de atividades da rotina prisional, pode-se promover a distração, considerada uma estratégia de enfrentamento adaptativa para lidar com circunstâncias adversas a que estão expostas (Ramos, Enumo, & Paula, 2015; Skinner & Zimmer-Gembeck, 2016).

Além disso, o modelo implementado foi proposto como modelo padronizado, a fim de ser replicado em outras unidades prisionais, nascendo o Produto Técnico desta pesquisa, com o projeto “Maternar Lactantes Presas”. Este está detalhado, explicitando todo o trabalho desenvolvido, concomitante à elaboração da pesquisa, que possibilitou a reestruturação e reforma do alojamento materno infantil (APÊNDICE). O mencionado projeto foi reconhecido como inovador pelo Programa Centelha ES, que é promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

Os efeitos dessa prática para o desenvolvimento dos bebês exigem um acompanhamento longitudinal, a partir de estudos futuros, pois será percebido à longo prazo, de forma preventiva, de modo a minimizar os danos psicológicos específicos para todas essas crianças que adentram o sistema prisional.

3.3.3 Ações voltadas à Saúde, Segurança e Higiene

Ações de prevenção e cuidado aos bebês foram desenvolvidas no centro prisional, como acompanhamento psicológico semanal, acompanhamento nutricional regular, consultas pediátricas mensais e vacinação conforme carteirinha, além de

palestras de orientação como “Mãe prevenida vale uma vida” em a parceria com o Corpo de Bombeiros do ES com orientações de como proceder nas situações de engasgo ou asfixia.

Figura 8 - Mãe prevenida vale uma vida - orientações sobre engasgo ou asfixia



Fonte: Acervo da unidade prisional

3.3.4 Resultados da Ação

Ação pôde ser acompanhada pelas mídias sociais com grande repercussão, gerando impacto positivo na sociedade, que muitas vezes desconhece a realidade dos sistemas prisionais e as ações possíveis de implementação. Neste caso com grande potencial de replicabilidade pelos estados brasileiros.

Figura 9 - Repercussão na mídia: Gazeta online



Fonte: Acervo da unidade prisional

Figura 10 - Repercussão na mídia: TV gazeta



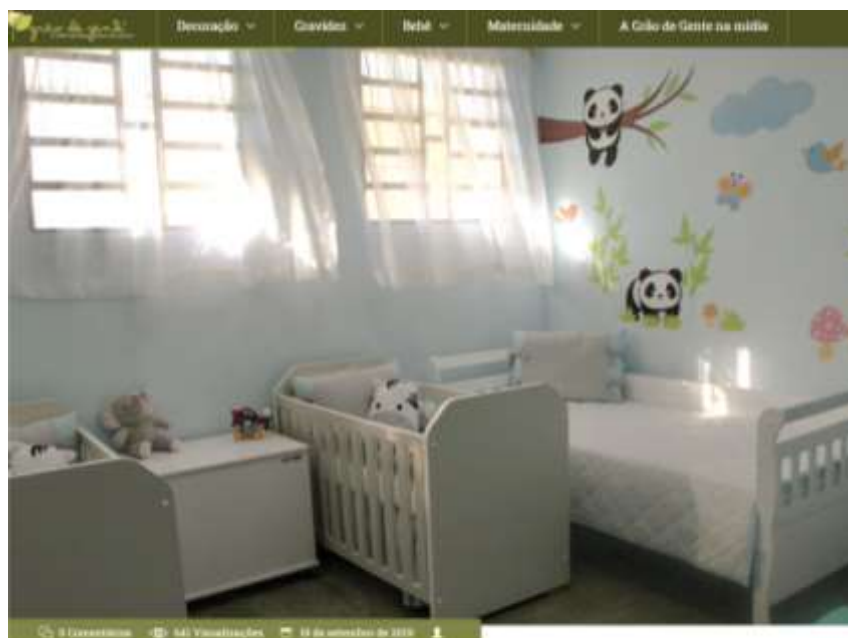
Fonte: Acervo da unidade prisional

Figura 11 - Repercussão na mídia: Pais & Filhos



Fonte: Acervo da unidade prisional

Figura 12 - Repercussão na mídia: Blog Grão de Gente



Grão de Gente participa da revitalização de alojamento materno-infantil penitenciário

Fonte: Acervo da unidade prisional

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto de vulnerabilidade em que as mulheres são inseridas e seu histórico de vida, a falta de políticas públicas e a inércia do estado resultam em um comportamento de grande passividade e negligência frente a violência sofrida pelas crianças que estão sob seus cuidados, de modo que a reprodução do comportamento violento passa a ser banalizado no ambiente familiar com consequências desastrosas como a morte destas crianças em muitos casos. Lamentavelmente, a violência contra a mulher é uma realidade dura e conforme resultado da pesquisa, 76,9% das entrevistadas foram vítimas de violência durante suas vidas, o que retrata claramente a exposição dessas crianças às situações de violência.

Ocorre que, após a prisão dessas mulheres, essas crianças passam a ser cuidadas por terceiros, em lares muitas vezes desconhecidos, com pouco ou quase nenhum vínculo afetivo. A preocupação que impera neste contexto é saber se não continuam expostas às situações de violência, visto que, as políticas públicas ainda não descobriram seu real papel, e são incapazes de oferecer subsídios necessários que assegurem a segurança destas crianças, além disso, não foi possível obter informações concretas sobre a atual condição em que as crianças vivem atualmente, pois algumas mães nem sabem ao certo onde estão e como estão. (Carvalho et al., 2008)

Afinal toda essa problemática é antiga e este estudo almejou questionar: onde estão as ações e a política social? Pois é obvio que ao avaliarmos o contexto histórico brasileiro, político e familiar em relação à criança versus políticas sociais, pode-se afirmar que elas praticamente não existem e a prisão foi a única solução encontrada como resposta ao problema. (Carvalho et al., 2008)

Deste modo, concluímos que é indispensável o desenvolvimento de políticas públicas e sociais eficazes ao enfrentamento à violência à nível de prevenção, pois é nítido que a única forma encontrada para a resolução dos crimes foi a prisão x punição, e com base nos resultados descritos, a maioria destas mulheres foram vítimas de violência e sequer foram assistidas ou protegidas pelo Estado, tornando-se passivas neste contexto, demonstrando-se incapazes de perceberem e atuarem efetivamente na proteção das crianças que ainda podem estar em contexto de vulnerabilidade, sendo expostas aos mais diversos tipos de violência.

E considerando que atualmente encontram-se presas, e pensando enquanto Sistema Prisional, surge uma alerta sobre a necessidade de um trabalho específico com estas mulheres a fim de conscientizá-las sobre todo o contexto referente a banalização da violência, valorização da mulher, resgate de vínculos familiares e outros aspectos inerentes ao assunto proposto a fim de materná-las e transformá-las com relação às suas práticas parentais.

E considerando a situação da permanência de bebês e gestantes no sistema prisional, o presente estudo concluiu que intervir na interação mãe-bebê como prevenção de problemas de desenvolvimento e de comportamento na infância e adolescência é um desafio teórico-metodológico, assim como para a prática profissional. Principalmente quando se trata do sistema prisional brasileiro, que de acordo com Lima & Sá (2018) faltam condições propícias para o desenvolvimento das crianças que permanecem neste contexto, faltam berçários e centros materno-infantis, acesso ao sistema de saúde é precário e o estímulo para o desenvolvimento na maioria dos casos é inexistente, o que não afeta somente sua capacidade de aprendizagem e de socialização, como também vulnera gravemente seus direitos constitucionais, convencionais e legais, pois o direito de punir é que deve ser mitigado e não o direito à vida, à integridade e à liberdade individual (Lima & Sá, 2018)

A presente proposta focalizou a relação mãe-filho, a qual está diretamente relacionada com o desenvolvimento e a construção da afetividade e da subjetividade da criança de maneira preventiva a muitas doenças que podem estar relacionadas a fatores emocionais. Além disso, fortalecer uma maternagem frágil e instável pode ajudar no desenvolvimento dessas crianças submetidas a condições de risco, sendo um fator de proteção ao desenvolvimento e de promoção da resiliência.

Sendo assim, torna-se importante investir nesta relação, como forma de prevenção, visto que o ambiente, naturalmente, apresenta-se de maneira hostil por ser um local em que pesa a punição como forma de justiça, e os bebês expostos a esta condição precisam estar protegidos.

Além disso, às condições adequadas à permanência dessas crianças a partir da reforma e reestruturação do alojamento materno infantil foi uma condição indispensável para que a maternidade pudesse se desenvolver positivamente e o acompanhamento de saúde, psicológico, palestras de orientação puderam garantir a

proteção dos envolvidos e o desenvolvimento das crianças neste contexto prisional.
Ações que devem ser reproduzidas pelo poder público em âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V. P. Repercussões da violência na construção da identidade feminina da mulher presa: Um estudo de caso. [Versão eletrônica] *Psicologia Ciência e Profissão*. vol.26 no.4 Brasília, 2006.
- ARPINI, D. M., & SANTOS, B. R. Programa da Criança: Espaço de promoção de saúde e fortalecimento dos vínculos. *Psicologia Argumento*, 25(49), 155-164, 2007.
- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris, 1948. Retirado de <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>
- AZNAR-BLEFARI, C., PADILHA, M. DA G. S., PEIXOTO, C. E., FERMAN, I. L., & HABIGZANG, L. F. (2018) Alegações de Abuso sexual no contexto familiar, alienação parental e falsas memórias. *Psicologia Forense Temas e Práticas* (pp. 39-51) Curitiba, Juruá Editora.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN MULHERES (2a. ed.), 2017. Recuperado de http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf
- BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2018.
- BRASIL. Lei no 13.257, de 8 de Março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 08 mar. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 16 dez. 2018.
- BÖING, E., & CREPALDI, M. A. Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 21(3), 211-226, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2004000300006>
- CARVALHO, Q. C. M., CARDOSO, M. V. L. M. L., SILVA, M. J., BRAGA, V. A. B., & GALVÃO, M. T. G. Violência contra criança e adolescente: Reflexão sobre políticas públicas. [Versão eletrônica]. *REVRENE*, v.9, n.2, p. 157-164 Fortaleza, 2008.
- COMPAS, B. E., JASER, S. S., BETTIS, A. H., WATSON, K. H., GRUHN, M. A., DUNBAR, J. P., WILLIAMS, H., & THIGPEN, J. C. Coping, emotion regulation, and psychopathology in childhood and adolescence: A meta-analysis and narrative review. *Psychological Bulletin*, 143(9), 939–991, 2017.

- CONCEIÇÃO, M. I. G., PENSO, M. A., COSTA, L. F., SETUBAL, C. B., & WOLFF, L.S. O psicograma na intervenção psicossocial com adulto autor de violência sexual. *Psicologia Forense Temas e Práticas* (pp. 90-110) Curitiba, Juruá Editora, 2018.
- COSTA, L. F., PENSO, M. A., CONCEIÇÃO, M. I. G., & MONTENEGRO, N. M E S. Abuso Sexual com vítimas do sexo masculino: Revitimização e Polivitimização. *Psicologia Forense Temas e Práticas* (pp. 71-87) Curitiba, Juruá Editora, 2018.
- CURIA, B. G., ZAMORA, J. C., BARCINSKI, M. & HABIGZANG, L. F. Acolhimento às mulheres em juizado especializado: Relato de Experiência. *Psicologia Forense Temas e Práticas* (pp. 205-226) Curitiba, Juruá Editora, 2018.
- DIUANA, V., CORREA, M. C. D. V., & VENTURA, M. Mulheres nas prisões brasileiras: Tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 727-747, 2017.
- DURIGAN, C. R. Z., & ORMENO, G. I. R. Relações de apego em mulheres encarceradas e seus filhos. *Psicologia Forense Temas e Práticas* (pp. 153-165) Curitiba, Juruá Editora, 2018.
- ENUMO, S. R. F., LINHARES, M. B. M., MACHADO, W. A., & SILVA, A. M. B. Impacto do estilo de vida sobre as condições de saúde do adulto. In M. A. Santos, D. Bartholomeu, & J. M. Montiel (Orgs.), *Relações interpessoais no ciclo vital: Conceitos e contexto* (pp. 313-334). SP: Vetor Ed, 2017.
- EVANS, G. W., & KIM, P. Childhood poverty, chronic stress, self-regulation, and coping. *Child Development Perspectives*, 7(1), 43–48, 2013.
- EVANS, G. W., & WACHS, T. D. (EDS.). *Decade of behavior (science conference). Chaos and its influence on children's development: An ecological perspective*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/12057-000>, 2010
- EVANS, G. W., LI, D., & WHIPPLE, S. S. Cumulative risk and child development. *Psychological Bulletin*, 139, 1342–1396. Evans, G. W., & Wachs, T. D. (2010). *Chaos and its influence on children`s development: An ecological perspective*. Washington: American Psychology Association, 2013.
- FELDMAN, R. Maternal versus child risk and the development of parent–child and family relationships in five high-risk populations. *Development and Psychopathology*, 19, 293–312, 2007.
- FLORES, N. M. P., & SMEHA, L. N. Mães presas, filhos desamparados: Maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 28(4), e280420. doi: Huang, K., Atlas, R., & Parvez, F. (2012). The significance of breastfeeding to incarcerated pregnant women: An exploratory study. *Birth*, 39(2), 145-155, 2018.
- FONSECA, F. F., SENA, R. K. R., SANTOS, R. L. A, DIAS, O.V., & COSTA, S. M. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Rev. paul. pediatri.* vol.31 no.2 São Paulo June, 2013.
- FONSECA, L. K. R., MARQUES, I. C. L., SANTOS, C. T. M., MATTOS, M. P., & GOMES, D. R. Maternagem: Vivenciando ações de educação em saúde que auxiliam na promoção do aleitamento materno. *Saúde em Redes*, 4(1), 183-192, 2018.

- FONSECA, D.H., RIBEIRO, C.G., & LEAL, N. S. B. (2012). Violência doméstica conta a mulher: Realidades e Representações sociais. [Versão eletrônica] *Psicologia & Sociedade*, 24 (2), 307-314, João Pessoa.
- GOMIDE, P. I. C., GRABICOSKI, B., & TONI, C. G DE S. Características de pais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia Forense Temas e práticas* (pp. 112-128) Curitiba, Juruá Editora., 2018.
- HACKBARTH, C., LOPES, N. R. L., & WILLIAMS, L. C DE A. Estudo Piloto com profissionais sobre o uso do protocolo NICHHD para investigar abuso sexual infantil. *Psicologia Forense Temas e Práticas* (pp. 54-70) Curitiba, Juruá Editora, 2018.
- LANA, A. P. B. O livro de estímulo à amamentação: Uma visão biológica, fisiológica e psicológica comportamental da amamentação. São Paulo: Atheneu, 2001.
- LINHARES, M. B. M., & MARTINS, C. B. S. O processo de autorregulação no desenvolvimento da criança. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 32(2), 281-293, 2015.
- LIMA, T. M. M & SÁ, M. F. F. Infância Encarcerada. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil | Belo Horizonte*, v. 18, p. 183-195, out./dez, 2018.
- LIMA, A. H. Finalidade do sistema penitenciário. O objetivo é demonstrar a efetividade do sistema penitenciário na ressocialização dos reclusos no Brasil. *Brasil Escola* (2018)- <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/finalidade-sistema-penitenciario.htm>
- MARTINS, M. Z. O., & SANTANA, L. S. Benefícios da amamentação para a saúde materna. *Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente*, 1(3), 87-97, 2013.
- MASTEN, A. S., & CICCHETTI, D. Developmental cascades. *Development and Psychopathology*, 22, 491–495, 2010.
- MEISELS, A & SHONKOF, J.P. Early Childhood Intervention: The evolution of a concept, 1990.
- MILANI, R. G., & LOUREIRO, S. R. Família e violência doméstica: condições psicossociais pós-ações do Conselho Tutelar [Versão eletrônica] *Psicologia Ciência e Profissão*, vol. 28, nº 1, p. 50-67. São Paulo, 2008.
- MILLER, G. E., CHEN, E., & PARKER, K. J. Psychological stress in childhood and susceptibility to the chronic diseases of aging: Moving towards a model of behavioral and biological mechanisms. *Psychological Bulletin*, 137(6), 959-997, 2011.
- MIZUNO, C., FRAID, J. A., & CASSAB, L. A. Violência contra a mulher: porque elas simplesmente não vão embora? [Versão eletrônica] *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. GT 5. Gênero e Violência* (pp.16-23), Paraná, 2010.
- NÓBREGA, V. C. F., MELO, R. H. V., DINIZ, A. L. T. M., & VILAR, R. L. A. As redes sociais de apoio para o Aleitamento Materno: Uma pesquisa-ação. *Revista Saúde em Debate*, 43(121), 429-440, 2019.
- NUNES, A. J., SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. [Versão eletrônica] *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(3):871-880. Piauí, 2016.

- OLIVEIRA, T. L. S. Relação entre o vínculo mãe-filho e a psicossomática na Primeira Infância. *Pretextos*, 3(5), 547-557, 2018.
- PLATT, V. B., BACK, I. C., HAUSCHILD, D. B., & GUEDERT, J. M. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. [Versão eletrônica] *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(4): 1019-1031 Santa Catarina, 2018.
- RAMOS, F. P., ENUMO, S. R. F., & PAULA, K. M. P. Teoria Motivacional do Coping: Uma proposta desenvolvimentista para a análise do enfrentamento do estresse. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 32(2), 269-279, 2015.
- RIBEIRO, C. G., & COUTINHO, M. L. L. Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. [Versão eletrônica] *Psicologia e Saúde*, 3(1), 52-59. João Pessoa, 2011.
- ROSA, R., MARTINS, F. E., GASPERI, B. L., MONTICELLI, M., SIEBERT, E. R. C., & MARTINS, N. M. Mãe e filho: Os primeiros laços. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 14(1), 105-12, 2010.
- SALDANHA, L. F., CARDOSO, L. F., PEDROSO, A. C. S., TARRAGÓ N. R. C. S., SEHNEM, G. D., AMBRÓS, E. L. Pregnancy during deprivation of liberty: a mixed study. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 5, e64953030, 2020.
- SAMEROFF, A. A unified theory of development: A dialectic integration of nature and nurture. *Child Development*, 81(1), 6–22, 2010.
- SENRA, D. S. O direito a maternidade no cárcere: Uma breve reflexão sobre a realidade das mulheres encarceradas no Brasil. *Revista Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas*, v. 3, n. 1, Jan-Jun, 2020.
- SHONKOFF, J. P., GARNER, A. S. Committee on Psychosocial Aspects of, Child, Family, Health, Committee on Early Childhood, Adoption, Dependent, Care, . . . Behavioral, Pediatrics. The lifelong effects of early childhood adversity and toxic stress. *Pediatrics*, 129(1), e232-246, 2012.
- SKINNER, E. A., & ZIMMER-GEMBECK, M. J. The development of coping: Stress, neurophysiology, social relationships, and resilience during childhood and adolescence. USA: Springer, 2016.
- TORRES, C.R.V. A criança e o sistema prisional. In: Coelho, M.T.Á.D., and Carvalho Filho, M.J., orgs. *Prisões numa abordagem interdisciplinar* [online]. Salvador: EDUFBA, pp. 161-177, 2012. ISBN 978-85-232-1735-8. Available from: doi: 10.7476/9788523217358.011. Also available in epub from: <http://books.scielo.org/id/7mkg8/epub/coelho-9788523217358.epu>

5. ANEXOS

5.1 Anexo I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

Projeto de Pesquisa: Criança em segurança: Promovendo o desenvolvimento afetivo-motivacional e social na primeira infância a partir da prevenção da violência como prática educativa parental

Subprojeto de Pesquisa: Caracterização do perfil de mulheres presas que cometeram violência contra crianças

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Responsável pelo Subprojeto de pesquisa: Graciele Sonegheti Fraga (UNIVERSIDADE VILA VELHA)

Coordenação da pesquisa: Erika da Silva Ferrão (UNIVERSIDADE VILA VELHA)

A Universidade Vila Velha, em parceria com PUC de São Paulo, está fazendo uma pesquisa com mulheres em diferentes condições de vulnerabilidade e neste caso, especificamente, mulheres que cumprem pena em uma Unidade Prisional do Espírito Santo por cometerem crimes contra crianças, e os referidos crimes, a fim de identificar outras condições de vulnerabilidade psicossocial associadas, como exposição à violência doméstica ou outras questões socioeconômicas e demográficas, e as condições em que se encontravam na relação com as crianças vítimas de violência a fim de propor políticas públicas de prevenção à violência identificadas nessa relação mulher-criança. O projeto deste estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vila Velha – UVV com financiamento do Departamento Penitenciário, em parceria com a Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP) e Secretaria de Estado de Justiça do Espírito Santo. O referido projeto está vinculado e é parte do Projeto de Pesquisa “Criança em segurança: Promovendo o desenvolvimento afetivo-motivacional e social na primeira infância a partir da prevenção da violência como prática educativa parental”, com coordenação da Prof.a Dra Erika da Silva Ferrão e financiamento da FAPES.

Gostaríamos de pedir sua colaboração, participando deste estudo.

Para participar, a Sr^a precisa preencher e entregar o Termo de Consentimento no final desta carta; responder o Roteiro de Anamnese/Ficha de Caracterização Sociodemográfico e um questionário de investigação da relação da mãe com seus familiares. Garantimos o sigilo sobre cada participante, e que os dados disponibilizados serão utilizados apenas para fins de pesquisa. A Sr^a pode aceitar ou não a participar do estudo e, caso queira, poderá desistir de colaborar a qualquer momento. Qualquer esclarecimento poderá ser dado pessoalmente.

Título da pesquisa: “Criança em segurança: Promovendo o desenvolvimento afetivo-motivacional e social na primeira infância a partir da prevenção da violência como prática educativa parental”; Subprojeto de pesquisa: “Caracterização do perfil de mulheres presas que cometeram violência contra crianças”.

Responsável pelo Subprojeto de pesquisa: Graciele Sonegheti Fraga (Aluna do Mestrado em Segurança pública da UVV)

Coordenação da pesquisa: Profª Drª Erika da Silva Ferrão, Psicóloga (CRP: 16/1000)

Termo de Consentimento para Participação em Pesquisa

Eu, _____ RG _____

tendo recebido os esclarecimentos acima, e ciente dos meus direitos, concordo em participar deste estudo. Tenho conhecimento de que os resultados deste estudo poderão ser apresentados em publicações e reuniões de cunho científico; porém recebi garantias de que serão mantidos absoluto sigilo e respeito sobre minha identidade e/ou da criança. Declaro ainda que tenho plena liberdade para me retirar deste estudo a qualquer momento que decidir, sem que haja nenhum tipo de ônus ou constrangimento. Considero plenamente satisfatórias as informações prestadas, e que posso obter esclarecimento a qualquer momento do andamento do projeto, pessoalmente e me responsabilizo pela veracidade das informações por mim fornecidas.

Cariacica-ES, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do responsável

5.1 Anexo II

Roteiro de anamnese / Ficha de Caracterização Sócio-demográfica

Data __ / __ / __

Entrevistado: _____

1- Dados de identificação

Regime atual

Grau de parentesco com a criança: _____

Nome da criança: _____

Sexo: _____ data de nascimento: __ / __ / __ idade: _____

Nome da mãe: _____

Idade: _____ nível de escolaridade: _____

Ocupação: _____

Nome do pai: _____

Ocupação: _____

Situação conjugal: solteiro () casado () união estável () divorciado ()

Separado () viúvo ()

Renda familiar atual (por mês): _____

Tipo de moradia: casa () apartamento () situação de moradia: própria () alugada ().

Quantas pessoas na casa da criança? _____

Quem são? _____

Posse de itens:

Itens	quantidade				
	0	1	2	3	4 ou +
Banheiros					
Empregados domésticos					
Automóveis					
Microcomputador					
Lava louça					
Geladeira					
Freezer					
Lava roupa					
Dvd					
Micro-ondas					

Motocicleta					
Secadora de roupa					

Grau de instrução do chefe de família e acesso a serviços públicos:

Escolaridade da pessoa de referência	
Analfabeto/fundamental incompleto	
Fundamental completo/fundamental ii incompleto	
Fundamental incompleto/ médio incompleto	
Médio completo/superior incompleto	
Médio completo/superior incompleto	
Superior completo	

Serviços públicos	Não /sim
Água encanada	
Rua pavimentada	

2- Condições de nascimento

A concepção da criança foi planejada? Sim () não ()

Idade da mãe ao engravidar:_____ idade do pai:_____ situação conjugal_____

Houve problema de saúde, psicológico ou de relacionamento conjugal e familiar durante a gestação?

Quais? _____

Idade gestacional (meses) ao nascer:_____ peso:_____

Parto: normal () cesárea eletiva () cesárea não eletiva ()

Depressão na gravidez: sim () não ()

Hospitalização: sim () não () motivo:_____

Tempo da internação:_____

Posição da criança quanto á ordem dos filhos:_____

Irmãos da criança:

Nasc: __/__/__ sexo: _____ escolaridade_____

Nasc: __/__/__ sexo: _____ escolaridade_____

Nasc: __/__/__ sexo: _____ escolaridade_____

3- Desenvolvimento

Com que idade a criança:

- Sentou: _____

- Andou: _____

- Falou as primeiras palavras: _____

Linguagem:

A criança apresenta ou apresentou alguma dificuldade na fala? Qual? (atraso na linguagem; distúrbios de articulação, gagueira e outros) _____

Comportamento:

A criança apresentava; birra () ciúmes () medo () ansiedade () agressividade () timidez () isolamento social () inquietude () desobediência () oposição () mentiras () caprichos () outros ().

Concepções e práticas educativas da família:

Como é o relacionamento da criança com os familiares? (mãe, pai, irmãos e outros)

A criança demonstra iniciativa para trocas afetivas, ou seja, procura alguém para sentar no colo, para abraçar, beijar?

() não () sim, com quem? _____

Frente às dificuldades a quem a criança recorre?

() mãe () pai

Acontecimento	Ocorreu nos últimos 12 meses	Ocorreu anteriormente
Pai () ou mãe abandonou a família		
Consumo de álcool ou droga pelo pai () mãe()		
Problemas de saúde mental do pai () ou da mãe ()		
Litigio entre os pais pela guarda da criança.		
Conflito e brigas entre pais e filhos		
Abuso sexual da criança (mãe)		

Violência e maus tratos (mãe)		
Agressão de colegas		

4- Crime:

Assume o crime? Sim () não ()

Se não, o que aconteceu então?

Cuidados com a criança:

-banho quem dava?

-troca de fralda?

-alimentação?

Qual o crime cometido? Físico, sexual ou psicológico?

Resultado: Morte ou não?

Há laudos periciais que comprovam a violência?

Questionário de investigação da relação da mãe com seus familiares

Como era seu relacionamento com seus pais na infância?

Você se lembra de alguma situação de maus-tratos/violência contra você na sua infância? Sim () Não ()

Em caso afirmativo responda as perguntas abaixo:

- A) Quem foi o agressor? _____
- B) Como foi a situação de maus tratos/violência? _____
- C) Com qual frequência essa situação ocorria? _____
- D) Qual era a duração? _____

Como é o relacionamento com seu marido / companheiro?

6. APÊNDICE: PRODUTO TÉCNICO DO MESTRADO

6.1 Projeto Centelha ES

Essa iniciativa voltada ao cuidado com a população carcerária com foco nas questões maternas, foi inscrita no Projeto Centelha ES com titulação “Maternar Lactantes Presas”.

O Programa Centelha é uma iniciativa promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), e operada pela Fundação CERTI que visa estimular a criação de empreendimentos inovadores e disseminar a cultura empreendedora no Brasil.

O “Maternar Lactantes Presas” visa desenvolver um modelo de gestão aos sistemas prisionais femininos com o objetivo que capacitar os profissionais envolvidos e estruturar o ambiente destinado a custódia das gestantes, lactantes e bebês. O trabalho tem como produto principal o serviço de consultoria aos sistemas prisionais femininos a fim de ofertar as condições de maternar as lactantes presas com base no marco legal da primeira infância, através da capacitação dos profissionais envolvidos e mudanças estruturais e físicas dos espaços, para que se faça cumprir o Pacto Nacional pela Primeira infância em todo território nacional de maneira padronizada e eficiente do serviço.

O Projeto Centelha ES, possui três fases: a primeira é a “inscrição de ideias” com a seleção de 500 (quinhentas) propostas, a segunda é o “projeto de empreendimento” com a seleção de 250 (duzentos e cinquenta) propostas e a terceira é o “projeto de fomento” com a seleção de 100 (cem) propostas.

O “Maternar Lactantes Presas” foi aprovado nas três fases do projeto. Sendo classificado da seguinte maneira:

1º fase: 15º colocação

2º fase: 3º colocação

3º fase: 1º colocação

Na segunda fase os avaliadores descreveram sobre o projeto de inovação:

Avaliador 1:

O projeto tem grande potencial de inovação, oferecendo um produto já testado em uma área que necessita de ações humanitárias. O potencial de mercado é alto, pois a população carcerária feminina no Brasil é uma das maiores do mundo. O valor que o projeto oferece ao buscar uma relação humanizada com as detentas é de alto grau, pois poderá contribuir para ressocialização das apenadas e evitar o seu regresso ao delito, além de proporcionar laços saudáveis entre as detentas e seus filhos.

Por ser um projeto já em funcionamento nas unidades prisionais, o risco que oferece é baixo, além disso a equipe é comprovadamente capaz de sua gestão e da ampliação do projeto para outras unidades prisionais no Brasil, e o modelo de negócios também poderá ser ampliado para outras unidades prisionais em outros países.

Em um país com os maiores problemas de sua população carcerária, este projeto mostra um caminho para o investimento chegue às populações mais excluídas da nossa sociedade, desta forma, desejo boa sorte à equipe.

Avaliador 2:

O presente projeto apresenta caráter INOVADOR, e possuiu em sua natureza algo que cada vez mais precisa ser valorizado, a empatia e a atenção aos menos favorecidos. O objeto central da proposta é a colhimento e meios de fornecimento dos direitos básicos de todo CIDADÃO independente de sua condição de estado de liberdade. a proposta precisa ser abarcada pelo poder público, a quem é devido a GARANTIA E MANUTENÇÃO dos direitos básicos, e esse talvez seja o maior entrave para a execução do projeto, uma vez que é da ciência do senso comum os entraves burocráticos apresentados na trama do financiamento público. Ressalto o mérito da proposta e sua organização inicial de apresentação, destacando a articulação da mesma com empresas relacionadas ao campo de ação da proposta. Por apresentar um cunho social e humanitário, existe um grande potencial de aporte de parcerias a ser explorado pela equipe. Esse é meu principal ponto de recomendação, a investida em mais parcerias com a iniciativa privada, uma vez que

creio ser do total interesse das grandes empresas relacionadas ao mercado materno-infantil, ter sua marca associada a tão nobre iniciativa. Recomendo o prosseguimento da presente proposta no processo de seleção, e ressalto que a inovação não precisa ter e ser de natureza absolutamente tecnológica. Ela precisa sim cumprir um caráter social, tão necessários em tempos atuais.

Figura 13 – Projeto Centelha – Fase 1: Ideia



O Diretor Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, torna público o Resultado dos Recursos Administrativos e Resultados da Fase 1 do Edital 07/2019 Chamada Pública do Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores - Programa Centelha ES - Processo 86344943, homologado na 118ª reunião extraordinária da DIREX, ad referendum do CCAF.

JULGAMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS			
N	Título	Nome Autor	Resultado
1	"KingleApp o "Uber Grátis"	Marcelo Rodrigues Araujo	Indeferido
2	"SMARTIRRIGA: Gestão Inteligente Para o Agronegócio"	Breno Maia Costa	Indeferido
3	Gestão de Documentos Eletrônicos - GED	Sidiney Lopes	Indeferido
4	"Smell Path - Crie seus próprios perfumes"	Carlos Victorio	Indeferido
5	Lista da Economia (Pesquisou. Economizou!)	Raphael Boldrini	Indeferido

PROPOSTAS SELECIONADAS				
CG	Título	Nome Autor	Temática	Município Proponente
1	Recuperação de diamantes do beneficiamento de rochas ornamentais	Victor Moza Ponciano	Química e Novos Materiais	Cachoeiro de Itapemirim
2	Lendas & Batalhas Online	Francisco Júnior de Andrade Pinto	Design	Vila Velha
3	BioBone: Bioengenharia Tecidual em Enxertos Ósseos	Afrânio Côgo Destefani	Biotechnology e Genética	Vitória
4	Redações para Todos	Elias Silva de Oliveira	Inteligência Artificial e Machine Learning	Vitória
5	Gestão de Transporte	Bruno Assis Saboia de Aragao	Blockchain	Vitória
6	Prova de vida para evitar fraudes (estelionato) em operações on-line	Marcelo Mattos de Castro de Aragao	Inteligência Artificial e Machine Learning	Vitória
7	Kit cirúrgico para deslocamento de abomaso	Manuela Rafael Gomez	Mecânica e Mecatrônica	Vitória
8	Solver Up - Solução Rápida para a sua Empresa	Isabel Cristina Sampaio	TI e Telecom	Vitória
9	Sensor de Estacionamento Outdoor via LoRa	Kleber Ferreira Pereira	Automação	Serra
10	Ar condicionado Solar Por Ciclo de Absorção	Willyan Marques Dobrovolski	Mecânica e Mecatrônica	Sooretama
11	SUNCOOLER - Sistema de refrigeração para painéis solares fotovoltaicos	Fabio Libardi Noronha	Química e Novos Materiais	Vila Velha
12	Jade Autism	Ronaldo Lima Cohin Ribeiro	Tecnologia Social	Vitória
13	Projeto Mutantes: laboratório de design com crianças	Cynthia Marconsini Loureiro Santos	Tecnologia Social	Vitória
14	Boneco de gelatina balística simulando órgãos	Helcio Menezes Mello	Design	Vitória
15	Maternar Lactantes presas	Graciele Sonegheti Fraga	Tecnologia Social	Vila Velha
16	Plataforma de Ambiência Educacional em Ciência Experimental	Rosilene de Sá Ribeiro	Automação	Vitória
17	Capixaba Drone / Mapeamento e Pulverização	Joana Casagrande Dos Santos	Geoengenharia	Rio Bananal
18	Casa das Sensações	Elohim Moraes de Alcantara Campos	Tecnologia Social	Vila Velha
19	PFN - Pesquisador Fotográfico Nativo	Raphael Gaspar Tebaldi Da Silva	Eletroeletrônica	Vitória

Fonte: Acervo pessoal

Figura 14 – Projeto Centelha- Fase 2: Projeto Empreendimento



O Diretor Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, torna público o Resultado preliminar da 2ª Fase do Edital 07/2019 Chamada Pública do Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores - Programa Centelha ES - Processo 86344943

Os recursos administrativos deverão ser enviados por via eletrônica, ao e-mail recursoadministrativo@fapes.es.gov.br, no período de 21 de março a 30 de março de 2020, imprerivelmente.

PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS

Motivo	Título	Nome Autor	Temática	Município Proponente
3.1.3	Análise estatística com sensor visual para BI em PDV	Felipe Santana Barroso	Internet das Coisas (IoT)	Cariacica
3.1.3	Aplicativo de Mapeamento das Violências em Contexto Escolar	Alexandro dos Anjos da Penha	Tecnologia Social	Cariacica
3.1.3	Aplicativo Diário de Obra em 4D BIM/VDC	Haylander Gomes Lopes	TI e Telecom	Vila Velha
3.1.3	Bon Vivant	Lucas Caetano Gonçalves	Blockchain	São Mateus
3.1.3	Casa das Sensações	Elohim Moraes de Alcantara Campos	Tecnologia Social	Vila Velha
3.1.3	Codifique ESporte: o DNA do alto rendimento	Estevão Carlos Silva Barcelos	Biociência e Genética	Vila Velha
3.1.3	Endoscópio rígido 3 em 1	Ghabyriel Marques Viola	Eletroeletrônica	Guarapari
3.1.3	Fibras Iluminadas	Diniz Gomes Campos	Química e Novos Materiais	Vitória
3.1.3	Gestão de Transporte	Bruno Assis Saboia de Araújo	Blockchain	Vitória
3.1.3	Labsertech	Gustavo Rocha Pereira de Souza	TI e Telecom	Serra
3.1.3	Imobilizador de Camundongos Produzido em impressora 3d.	Orlando Chiarelli Neto	Química e Novos Materiais	Colatina
3.1.3	Ipin - Inovando Sua Experiência em Bares, Restaurantes e Casas de Show	Matheus Barbosa Queiroz	Automação	Vitória
3.1.3	Kit Cirúrgico para Deslocamento de Abomiso	Manuela Rafael Gomez	Mecânica e Mecatrônica	Vitória
3.1.3	Kit para Correção de Hernia Umbilical em Potro	Victoria Ferraz Roriz	Mecânica e Mecatrônica	Vila Velha
3.1.3	Monitor de Cólica Equina	Maysa Emily Marques Prado	Inteligência Artificial e Machine Learning	Vila Velha
3.1.3	Oparque.Edtech	Juliana Colli Tonini	Design	Vitória
3.1.3	Reproduction plus	Maria Luiza Barros Braga Ribeiro	Eletroeletrônica	Vila Velha
3.1.3	SoilGrow - Sistema de gerenciamento de mini estufas caseiras	Josef Stein Butzke	Automação	Guarapari
3.1.3	taydU - A solução criativa.	Inamê Santos Biague	Inteligência Artificial e Machine Learning	Vitória

PROPOSTAS SELECIONADAS

CG	Título	Nome Autor	Temática	Município Proponente
1	PROJETO MUTANTES: laboratório de design com crianças	Cynthia Marconsini Loureiro Santos	Tecnologia Social	Vitória
2	@umpacifista	Yago Figueira Costa	Design	Vitória
3	Maternar Lactantes presas	Graciele Songhetti Fraga	Tecnologia Social	Vila Velha
4	WIBAG - Mochila Wifi Marketing	Leonardo Domingos Paulo	TI e Telecom	Vitória
5	Sistema Modular Hidrodinâmico para Produção de Energia Elétrica	Vinicius José Bravo	Mecânica e Mecatrônica	Colatina
6	BioBone: Bioengenharia Tecidual em Enxertos Ósseos	Afrânio Côgo Destefani	Biociência e Genética	Vitória
7	DNIA - Diagnóstico de Neoplasias por Inteligência Artificial	Raphael Vivacqua Carneiro	Inteligência Artificial e Machine Learning	Vitória
8	Jade Autism	Ronaldo Lima Cohn Ribeiro	Tecnologia Social	Vitória

Fonte: Acervo pessoal

Figura 15 – Projeto Centelha - Fase 3: Projeto Fomento



O Diretor Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, torna público o Resultado Preliminar da Fase 3 do Edital 07/2019 Chamada Pública do Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores - Programa Centelha ES - Processo 86344943.

Os recursos administrativos deverão ser enviados por via eletrônica, ao e-mail recursoadministrativo@fapes.es.gov.br, no período de 16 de junho a 26 de junho de 2020, impreterivelmente.

PROPOSTAS SELECIONADAS

CG	Título	Nome Autor	Temática	Município Proponente
1	Maternar Lactantes presas	Graciele Sonegheti Fraga	Tecnologia Social	Vila Velha
2	WIBAG - Mochila Wifi Marketing	Leonardo Domingos Paulo	TI e Telecom	Vitória
3	Takeat.app	Miguel Macedo de Carvalho Filho	TI e Telecom	Vila Velha
4	Innovation Space Canvas	André Taveira Rocha	Design	Vitória
5	@umpacifista	Yago Figueira Costa	Design	Vitória
6	PROJETO MUTANTES: laboratório de design com crianças	Cynthia Marconsini Loureiro Santos	Tecnologia Social	Vitória
7	Sistema Modular Hidrodinâmico para Produção de Energia Elétrica	Vinicius José Bravo	Mecânica e Mecatrônica	Colatina
8	Kit para transformação de veículo a combustão em veículo elétrico	Aline Goncalves Santos	Eletroeletrônica	Vila Velha
9	Detecção de Cancer de Pele via Fotografia Utilizando Machine Learning	Pedro Otavio Souza Baqui	Inteligência Artificial e Machine Learning	Serra
10	Medição de Cascão em Lança de Conversores com Visão Computacional	Gustavo Maia de Almeida	Inteligência Artificial e Machine Learning	Serra
11	Laboratório de Finanças	Neyla Tardin	Big Data	Vila Velha
12	IAmHere: Chamadas por Reconhecimento Facial	Fabiano Borges Ruy	Inteligência Artificial e Machine Learning	Vitória
13	SMARTIRRIGA: Gestão Inteligente Para o Agronegócio	Breno Maia Costa	Automação	Colatina
14	Vmagem - Marketing e análise	Luiz Guilherme Picorelli de	Inteligência Artificial e	Vila Velha

Fonte: Acervo pessoal

Figura 16 – Projeto Centelha - Divulgação na mídia

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SEJUS
Secretaria da Justiça

Portal ES Ministério da Justiça Infopen-ES Ouvidoria

22/06/2020 11h22 - Atualizado em 22/06/2020 11h23

Projeto desenvolvido em presídio é o primeiro colocado na última fase do Programa Centelha ES

Compartilhar 6 Tweetar Compartilhar Imprimir

Foto: Foto: Ademir Ribeiro/SECOM



Fonte: Acervo pessoal

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

GRACIELE SONEGHETI FRAGA

POLICIAL PENAL

PPES - PPES - GOVES

assinado em 16/07/2024 13:32:48 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 16/07/2024 13:32:48 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por GRACIELE SONEGHETI FRAGA (POLICIAL PENAL - PPES - PPES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-XLDVF5>